



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DE BACABAL – CCEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PPGLB)

MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA

**O ENEM A PARTIR DE 2010: A DISCURSIVIZAÇÃO EM TORNO DO
ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL**

BACABAL
2025

MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA

**O ENEM A PARTIR DE 2010: A DISCURSIVIZAÇÃO EM TORNO DO
ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Bacabal da Universidade Federal do Maranhão, UFMA- Centro de Ciências, Educação e Linguagens - CCEL, Bacabal, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientador (a): Prof.^a. Dr.^a. Glória da Ressurreição
Abreu França

FICHA CATALÓGRAFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva de Oliveira, Michelle.

O ENEM A PARTIR DE 2010: A DISCURSIVIZAÇÃO EM TORNO DO
ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL / Michelle Silva de Oliveira.

- 2025.

93 f.

Orientador(a): Glória da Ressurreição Abreu França.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
Bacabal, 2025.

1. Discursos. 2. Propagandas Oficiais. 3. Enem. 4.
Acesso À Educação. I. da Ressurreição Abreu França,
Glória. II. Título.

MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO EM TORNO DO ENEM NA
ÚLTIMA DÉCADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal da Universidade Federal do Maranhão, UFMA- Centro de Ciências, Educação e Linguagens - CCEL, Bacabal, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientador (a): Prof.^a. Dr.^a. Glória da Ressurreição Abreu França

Aprovada em _____ de _____ de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Glória da Ressurreição Abreu França
Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro
Interno

Prof.^a. Dr.^a. Mariana Jafet Cestari
Externo

BACABAL

2025

*Dedico este sonho, tecido com lágrimas e esperança, àqueles que
me sustentaram com amor.*

Agradecimentos

Ao meu Deus, Criador e Mantenedor da minha vida, meu refúgio constante e minha fortaleza inabalável. Em cada dia, sinto sua presença me guiando.

Aos meus pais, Ezequias e Esmeralda, que nunca mediram esforços para que meus sonhos se tornassem realidade. Vocês são o lar onde sempre encontrarei abrigo, o abraço onde a vida repousa segura. Que eu nunca esqueça que, por mais que o mundo me leve a outros caminhos, é ao lado de vocês que mora a verdadeira alegria.

Aos meus irmãos, Ezequiel e Miqueias, companheiros de infância e lições silenciosas. Crescemos em meio à guerra, mas foi dessa guerra que colhemos humanidade e aprendemos sobre diplomacia. Obrigada pelo cuidado que não pede nada em troca, pelo amor sem conveniências.

À minha prima Clerliane, pelo carinho que fortalece e pela motivação que impulsiona.

Aos meus avós, Dona Santana e Seu Domingos, cujo amor me abraçou antes mesmo de eu compreender o seu tamanho.

À Hellen Cristinny por abrir as portas de sua casa e me acolher com carinho. Também ao Daniel Maciel e Lucas, pelas boas risadas e noites mais alegres. Distante do meu lar vocês se fizeram abrigo.

À professora Glória França, que me estendeu a mão nesta caminhada árdua, iluminando meu percurso com respeito, dedicação e humanidade.

À Carliane Miranda, companheira de jornada, pela parceria que tornou o caminho mais leve, sempre pronta a compartilhar dores e sabores de todo nosso processo.

Aos meus amigos do PPGLB, pelas conversas que aqueceram os dias difíceis e pelos cafés que adoçaram a jornada.

A todos os professores do PPGLB, cada ensinamento foi um tijolo na ponte que me trouxe até aqui. Meus agradecimentos também às professoras Tyara Chaves e Mariana Cestari, cuja leitura atenta e valiosas contribuições enriqueceram esta pesquisa.

À Bernarda (*in memoriam*), que desde a minha infância me envolveu em ternura e zelo, seus abraços foram afagos nos dias de volta para casa. Sua partida no meio da minha jornada pesa nos passos que ainda trilho, infelizmente não celebrará comigo o fim deste ciclo, mas o amor que me dedicou vive em cada lembrança e em cada gesto de afeto que transcende o tempo e as despedidas.

*“O que vemos só vale — só vive — em nossos olhos
pelo que nos olha. ”*

Didí-Huberrnan

RESUMO

Esta pesquisa de Mestrado situa-se na vertente materialista da Análise de Discurso e se propõe a investigar quais discursos estão em funcionamento nas propagandas oficiais do Prouni 2012, Enem 2013, 2014, 2015, 2017 e 2020 e como esses discursos se articulam com outras materialidades discursivas, analisando os efeitos de sentidos produzidos e (re) significados. Trata-se de um estudo composto a partir de um *corpus* heterogêneo, organizado a partir em 23 materialidades significantes, 10 imagéticas e 13 linguísticas retiradas das propagandas oficiais do Enem e Prouni e de outros elementos como charges, paródias e entrevistas. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é compreender quais discursos estão em funcionamento nas propagandas oficiais e como esses discursos se articulam com outras materialidades discursivas, analisando os efeitos de sentidos produzidos e (re) significados. O percurso foi delineado a partir dos seguintes objetivos específicos: compreender como e quais discursos estão em funcionamento nas propagandas oficiais; Identificar as regularidades discursivas nas propagandas oficiais do Enem e do Prouni na última década; Analisar a construção linguística e imagética das propagandas, investigando como elas contribuem para a produção de sujeitos e de sentidos; Analisar como as diferentes materialidades discursivas (re) significam os discursos apresentados nas propagandas oficiais, considerando os processos sociais e históricos. Para alcançar os objetivos, nos fundamentamos nas discussões da Análise de Discurso de vertente materialista, proposta por Michel Pêcheux (1997 [1969]; 2011, 2015 [1983]; 1997 [1975]; 1990), e Eni Orlandi (2012, 1981). Também nos ancoramos nos estudos de Suzy Lagazzi (2021; 2007), ao explorar a potência da imagem como tecnologia política de linguagem que afeta o sujeito; Mônica Zoppi-Fontana (2005; 2011, 1999) com as discussões sobre lugar de enunciação e a cidade como espaço simbólico; Barbosa (2003) com o conceito de meritocracia; Courtine (1999) e a memória discursiva; Thierry Guilbert (2020) e o modo de funcionamento do discurso neoliberal na publicidade e nas propagandas, entre outros autores. Com base nas análises compreendemos que os discursos sobre o acesso à educação é um espaço de tensões, onde os discursos neoliberais, meritocráticos, jurídicos e os de igualdade e inclusão coexistem e se confrontam. Também podemos observar que embora os discursos, as práticas e as políticas frequentemente evidenciam contradições que ainda reforçam as desigualdades, a implementação das políticas de acesso, como o sistema de cotas, o Sisu e outras políticas representam um marco na história da educação brasileira, sendo impossível ignorar os resultados positivos do Enem, porém devemos reconhecer que sozinho, ele mantém as lógicas dos velhos vestibulares.

Palavras-chave: Discursos; Propagandas oficiais; Enem; Acesso à educação.

RESUMEN

Esta investigación de Maestría se ubica en la vertiente materialista del Análisis del Discurso y tiene como objetivo investigar qué discursos están en funcionamiento en las publicidades oficiales y cómo estos discursos se articulan con otras materialidades discursivas, analizando los efectos de sentido producidos y los (re) significados. Se trata de un estudio compuesto por un corpus heterogéneo, organizado a partir de 23 materialidades significantes, 10 imagéticas y 13 textuales, extraídas de las publicidades oficiales del Prouni 2012 y Enem 2013, 2014, 2015, 2017 y 2020, así como de otros elementos como charges, parodias y entrevistas. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación es comprender qué discursos están en funcionamiento en las publicidades oficiales y cómo estos discursos se articulan con otras materialidades discursivas, analizando los efectos de sentido producidos y los (re) significados. El recorrido fue delineado a partir de los siguientes objetivos específicos: comprender cómo y cuáles discursos están en funcionamiento en las publicidades oficiales; identificar las regularidades discursivas en las publicidades oficiales del Enem y el Prouni en la última década; analizar la construcción lingüística e imagética de las publicidades, investigando cómo contribuyen a la producción de sujetos y de sentidos; analizar cómo las diferentes materialidades discursivas (re) significan los discursos presentados en las publicidades oficiales, considerando los procesos sociales e históricos. Para alcanzar los objetivos, nos basamos en las discusiones del Análisis del Discurso desde la vertiente materialista, propuesta por Michel Pêcheux (1997 [1969]; 2011, 2015 [1983]; 1997 [1975]; 1990) y Eni Orlandi (2012, 1981). También nos apoyamos en los estudios de Suzy Lagazzi (2021; 2007), al explorar la potencia de la imagen como tecnología política del lenguaje que afecta al sujeto; Mónica Zoppi-Fontana (2005; 2011, 1999) con las discusiones sobre el lugar de enunciación y la ciudad como espacio simbólico; Barbosa (2003) con el concepto de meritocracia; Courtine (1999) y la memoria discursiva; Thierry Guilbert (2020) y el modo de funcionamiento del discurso neoliberal en la publicidad y en las propagandas, entre otros autores. Con base en los análisis, entendemos que los discursos sobre el acceso a la educación son un espacio de tensiones, donde coexisten y se confrontan los discursos neoliberales, meritocráticos, jurídicos y los de igualdad e inclusión. También podemos observar que, aunque los discursos, las prácticas y las políticas frecuentemente evidencian contradicciones que aún refuerzan las desigualdades, la implementación de políticas de acceso, como el sistema de cuotas, el Sisú y otras políticas, representan un hito en la historia de la educación brasileña, siendo imposible ignorar los resultados positivos del Enem. Sin embargo, debemos reconocer que, por sí solo, mantiene las lógicas de los antiguos exámenes de admisión.

Palabras clave: Discursos; Publicidades oficiales; Enem; Acceso a la educación.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Estudante No Ônibus.....	18
Imagem 2: Diferentes Realidades.....	24
Imagem 3: MS01 - O Abrir das Portas	49
Imagem 4: MS02 - Portas que Leva a Outras Portas.....	50
Imagem 5: MS03 – Igualdade no Acesso	53
Imagem 6: (MS05) Portas em 2013 e 2014.....	54
Imagem 7: (MS08) Portas Coloridas e Dados de Acesso dos Programas Federais	58
Imagem 8: Portas	59
Imagem 9: Abertura das Portas – Enem 2013, 2014 e 2015	61
Imagem 10: Porta Aberta em 2015.....	61
Imagem 11: Caminhos.....	63
Imagem 12: Diferentes Rotas	64
Imagem 13: De Portas a Caminhos	64
Imagem 14: Mobilidade Social Como Conquista Individual – Rapaz 1	65
Imagem 15: Mobilidade Social Como Conquista Individual – Moça.....	66
Imagem 16: Mobilidade Social como Conquista Individual – Rapaz 2	67
Imagem 17: (MS14) Estudando no Ônibus	71
Imagem 18: (MS15) Jovens Estudando em Ambientes fora das Instituições	72
Imagem 19: Dados da Covid Em 2020.....	75
Imagem 20: (MS20) Contradiscursos.....	79
Imagem 21: (MS21) Charge de Nando Motta - Adia Enem 2020.....	82
Imagem 22: (MS23) Charge de Nando Motta - Brasis.....	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DISCURSO, MEMÓRIA E PROPAGANDA: UM DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....	16
2.1. A PROPAGANDA NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO	17
2.2. O FUNCIONAMENTO DA METÁFORA NAS FORMULAÇÕES IMAGÉTICAS DAS PROPAGANDAS	21
2.3. A CIDADE E O URBANO TEXTUALIZANDO SUJEITOS CONTRADITÓRIOS	24
2.4. O ENEM COMO PONTO DE ENCONTRO ENTRE UMA ATUALIDADE E UMA MEMÓRIA	26
3. QUADRO METODOLÓGICO	30
3.1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: O ENEM COMO UMA POLÍTICA EDUCACIONAL	30
3.2. O RECORTE E A CAPTURA SIMBÓLICA	33
3.3. MERITOCRACIA E NEOLIBERALISMO	37
3.4. ENTRE ARQUIVO E CORPUS: UM OLHAR METODOLÓGICO	43
4. GESTOS DE ANÁLISE.....	48
4.1. A PORTA QUE LEVA A OUTRAS PORTAS: O ENEM COMO UM CAMINHO DE OPORTUNIDADES.....	49
4.2. MOBILIDADE SOCIAL COMO CONQUISTA INDIVIDUAL	65
4.3. O ESPAÇO E O URBANO SIGNIFICANDO OS SUJEITOS CONTRADITÓRIOS	69
4.4. “ADIA ENEM” E “A VIDA NÃO PODE PARAR” - ENEM 2020 E CONTRADISCURSOS	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Mestrado situa-se na vertente materialista da Análise de discurso e está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/CNPQ), sob a orientação da profa. Dr^a. Glória França.

Com a visibilidade e legitimidade do Enem enquanto política de avaliação, o Exame passou a ser amplamente divulgado na TV brasileira, e nas plataformas digitais como *Youtube*, apresentando-o, em grande parte, como “[...] o caminho de oportunidades” - (*Enem, 2018*). Por compreendermos que tudo na propaganda projeta sentidos, não a trataremos aqui como um gênero textual, mas como um objeto de estudo, considerando-a em sua materialidade e nos sentidos que produz. O nosso objetivo é descrever e analisar essas materialidades a partir de seus funcionamentos e dos interdiscursos em circulação.

Diante das perguntas que ficaram ao longo da minha trajetória até aqui, considero esta pesquisa como uma extensão daquilo que não deu tempo de refletir nesse processo. As perguntas que envolvem o Enem e a educação são questionamentos que me enchem os olhos desde o ensino médio, mas foi somente na graduação, especificamente na disciplina Fundamentos da Sociologia da Educação que encontrei um terreno sólido para fazer perguntas e amparar minhas críticas e reflexões, que culminaram na realização do trabalho de conclusão de curso intitulado “(Entre) linhas do discurso: as (des) igualdades no Exame Nacional do Ensino Médio e a Lógica Meritocrática”, defendido no Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa, no ano de 2022.

No trabalho de conclusão de curso, analisei a materialização dos discursos meritocráticos nos pronunciamentos dos Ministros da Educação, chegando à conclusão de que o discurso em torno do mérito contribui para as desigualdades sociais, porque suaviza essas desigualdades a partir de uma individualização de responsabilidades ao colocar o estudante como único responsável por seu sucesso ou fracasso, de modo a isentar o Estado de toda e qualquer exclusão.

Deste modo, a pesquisa da graduação me permitiu expandir o olhar, resultando em perguntas que não puderam ser respondidas, e em novas questões que não tiveram tempo para ser questionadas, porque surgiram no meio do caminho. Entretanto, o trabalho de conclusão de curso foi realizado em outro campo teórico, diferente da Análise de Discurso materialista, de modo que a pesquisa desenvolvida atualmente me permitiu

adentrar uma nova perspectiva, e me fez entender que mais do que chegar a uma conclusão, o objetivo é formular perguntas que desestabilizam sentidos dominantes. Ao observar os discursos nas materialidades em análise, não há o intuito de buscar boa/má intenção naquilo que foi dito ou anunciado por elas, porque não serão consideradas a intenção do dizer, o sentido não está na intenção do dizer, o que se busca é a multiplicidade, os atravessamentos e como os seus sentidos reverberam na educação do nosso país e nos sujeitos afetados por essa educação.

Como discutido em outros trabalhos, eu também sou produto do Enem e reconheço a sua importância para a educação brasileira.

Assim como grande parte dos universitários brasileiros, também cheguei ao ensino superior através do Enem, e reconheço a sua importância para a educação no país. No entanto, acredito que isso não nos impeça de questioná-lo, a fim de almejar uma educação com sistemas mais justos, para que todos tenhamos as mesmas oportunidades. Esse texto não tem a pretensão de fornecer respostas, mas trazer debate, um ponto de reflexão para aqueles que assim como eu, acreditam em uma educação como um lugar de possibilidades, questionando tudo, não por mera curiosidade, mas porque há sempre pontos a se questionar. (Oliveira, 2022, p. 03)

Diante disso, e considerando os efeitos da propaganda, utilizada como ferramenta que projeta sentidos e interpela sujeitos, junto às pesquisas a respeito dos sentidos de meritocracia no Enem, surge então um novo questionamento, que norteia esta pesquisa, a saber: Quais discursos se projetam nas propagandas oficiais e de que forma esses discursos se articulam com outras materialidades discursivas na construção e (re) significação de sentidos? Desta forma, o objetivo é compreender quais discursos estão em funcionamento nas propagandas oficiais e como esses discursos se articulam com outras materialidades discursivas, analisando os efeitos de sentidos produzidos e (re) significados. Para alcançar o objetivo geral deste estudo, o percurso foi delineado a partir dos seguintes objetivos específicos: compreender como e quais discursos estão em funcionamento nas propagandas oficiais; Identificar as regularidades discursivas nas propagandas oficiais do Enem e do Prouni na última década; Analisar a construção linguística e imagética das propagandas, investigando como elas contribuem para a produção de sujeitos e de sentidos; Analisar como as diferentes materialidades discursivas (re) significam os discursos apresentados nas propagandas oficiais, considerando os processos sociais e históricos.

Para fundamentar as análises propostas, este trabalho se apoia em conceitos centrais da Análise de Discurso de vertente materialista, proposta por Michel Pêcheux (1997 [1969]; 2015 [1983]; 1997 [1975]) na França, e no Brasil por Eni Orlandi (2012),

ao tratar dos conceitos de memória discursiva, acontecimento discursivo, lugar de enunciação e efeitos metafóricos. Também nos estudos de Suzy Lagazzi (2021,2007,2008) ao explorar a potência da imagem como tecnologia política de linguagem que afeta o sujeito; Mónica Zoppi-Fontana (2005; 2019; 1999) com as discussões sobre a cidade como espaço simbólico de identificação/ subjetivação, entre outros autores; Barbosa (2003); Courtine (1999) e Thierry Gilbert (2020), cujas contribuições nos ajudam a pensar a ideia da competição presente na sociedade em todas as escalas, e como esse mecanismo está ligado ao modo de funcionamento do discurso neoliberal na publicidade e nas propagandas. Também nos aproximamos do trabalho de Rocha e Ferreira (2021) no ponto exato de não desconsiderar a grandiosidade do que o Exame Nacional do Ensino Médio representa para os milhões de estudantes que conseguiram adentrar e permanecer nas grandes universidades de nosso país, no entanto, reconhecemos a importância de discuti-lo dentro de uma perspectiva discursiva como um exame que incita discursos e debates em diferentes meios e materialidades.

Nas palavras de Authier-Revuz (1990, p. 32), o discurso é constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do outro”. São dizeres que, ao negarem, se afirmam, e convicções que, ao serem ditas, são igualmente negadas. Assim é também este trabalho, que não nasce de forma isolada ou como fruto espontâneo de meus questionamentos, mas como o eco de minhas convicções, dúvidas e críticas, fundamentadas pelas múltiplas leituras e pelas diversas vozes que, ao se aproximarem ou se distanciarem do meu percurso, me conduziram àquilo que pretendo dizer.

Por considerar a historicidade que permeia esta pesquisa e a multiplicidade de vozes que a compõem, utilizei, até este momento, o texto em primeira pessoa, narrando o caminho que me trouxe até aqui. Contudo, ao longo desse percurso, fui-me entrelaçando com outras perspectivas, e ao final da pesquisa já não sou apenas “eu”. Passamos a ser “nós”, um coletivo composto pelo ressoar de muitas vozes, atravessado por múltiplos discursos e interpelado por diferentes ideologias.

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos, a saber: A *Introdução*, que apresenta uma visão geral do estudo, abordando suas motivações, os caminhos percorridos e a organização da dissertação. O Capítulo 2, intitulado “*Discurso, Memória e Propaganda: Um Diálogo Entre Teoria e Prática*”, dividido em quatro seções. Na seção 2.1, “*A Propaganda na Perspectiva da Análise do Discurso*”, discute-se o conceito de propaganda à luz da Análise de Discurso, destacando seu funcionamento como um campo

discursivo responsável pela construção de sentidos. A seção 2.2, “*O Funcionamento da Metáfora nas Formulações Imagéticas das Propagandas*”, explora, com base nos pressupostos de Pêcheux, o conceito de efeitos metafóricos e como se dá funcionamento dessas metáforas nas materialidades em análise. Na seção 2.3, “*A Cidade e o Urbano: Textualizando Sujeitos Contraditórios*”, investiga-se o espaço urbano como um elemento simbólico, considerando suas múltiplas configurações e sua capacidade de significar sujeitos. Por fim, a seção 2.4, “*O Enem Como Ponto de Encontro entre uma Atualidade e uma Memória*”, analisa o Enem como um acontecimento discursivo, atravessado pelas memórias sociais e históricas que atravessam as práticas educacionais e políticas públicas no Brasil.

O Capítulo 3, “*Quadro Metodológico*”, detalha os métodos e as condições de produção que orientam a análise. Está organizado em quatro seções. A seção 3.1, aborda as “*Condições de Produção: O Enem como uma política educacional*” apresentando o recorte temporal em que o Enem e as propaganda estão inseridas. A seção 3.2, “*O Recorte e a captura simbólica*”, descreve o processo de seleção das materialidades discursivas. A seção 3.3, “*Meritocracia e Neoliberalismo*”, discute esses conceitos, como eles permeiam as propagandas e sua relação com o discurso educacional. A sessão 3.4, intitulado “*Entre Arquivo e Corpus: Um olhar metodológico*”, detalha o processo de construção do arquivo e do corpus, bem como a descrição das materialidades significantes que compõe esta pesquisa de mestrado.

O Capítulo 4, “*Gestos de Análises*”, constitui o cerne da pesquisa, onde as análises são realizadas. Na seção 4.1, “*A Porta que leva as outras portas: O Enem como um caminho de oportunidades*”, analisa as regularidades presentes nas propagandas 2013, 2014 e 2015, os sentidos de portas, caminhos e a sua relação com o acesso ao ensino superior e a ascensão social. Também discute o lugar de enunciação do Ministério da Educação (MEC) como representante do Estado e os efeitos de sentidos. A seção 4.2, “*Mobilidade Social como conquista individual*”, analisa a ideia de mobilidade social associada à meritocracia e ao individualismo. A seção 4.3, “*O Espaço e o urbano significando os sujeitos contraditórios*”, retoma a discussão de Zoppi – Fontana, ao propor como os cenários urbanos inscrevem dinâmicas de inclusão e exclusão. Por fim, a seção 4.4, “*Adia Enem*” e “*A Vida não pode parar*” – *Enem 2020 e Contradiscursos*, analisa a propaganda de 2020, evidenciando contradiscursos e as tensões no cenário educacional brasileiro durante a pandemia de Covid - 19.

As *Considerações Finais* sintetizam um recorte geral do trabalho, reunindo as principais reflexões, suas contribuições e os caminhos para investigações futuras, destacando o impacto das análises desenvolvidas ao longo da dissertação.

2. DISCURSO, MEMÓRIA E PROPAGANDA: UM DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Neste capítulo, apresentaremos as principais noções que fundamentam nosso estudo na vertente materialista da Análise de Discurso, destacando como esses conceitos se articulam e contribuem para a compreensão dos discursos que atravessam as propagandas oficiais, as charges, paródias e entrevistas que compõem o *corpus*. Abordaremos as noções de propaganda, lugar de enunciação, efeitos metafóricos, memória discursiva e acontecimento discursivo, buscando aprofundar a análise dos efeitos de sentido produzido por essas propagandas e o impacto na construção discursiva.

Em nossa pesquisa, consideramos que as propagandas e os materiais analisados não podem ser limitados apenas a textos isolados; devem ser compreendidos como parte das produções discursivas. Esses materiais dialogam com os sentidos historicamente estabelecidos em torno do acesso ao ensino superior no Brasil. A metáfora das “portas”, por exemplo, recorrente nessas campanhas, só faz sentido quando inserida na memória discursiva de seletividade do sistema educacional brasileiro, projetando uma ideia de democratização, ao mesmo tempo em que é atravessada por tensões e contradições que projetam as marcas ideológicas e históricas que constituem os sentidos.

2.1.A Propaganda na perspectiva da Análise do Discurso

O alto nível de visibilidade concedeu ao Enem um amplo movimento de divulgação, tanto na TV como nas plataformas digitais como *Youtube*, o apresentam em grande parte, como “[...] *o caminho de oportunidades*” - (Enem, 2018). Assim sendo, entendemos que tudo na propaganda projeta sentidos.

Dessa forma, buscamos destacar como a propaganda é abordada a partir da perspectiva da Análise de Discurso, o seu funcionamento e os efeitos ideológicos no contexto em que se insere. Para isso, fundamentamo-nos na perspectiva de Pêcheux (2011, p.74-78), que considera a propaganda como um dispositivo que joga com o visual e o linguístico.

[...] Dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos. É, pois, evidente, um negócio de psicologia. [...] as “técnicas de propaganda” são armas, como o canhão de 75, a grande Bertha, o carro Patton ou a máquina de guerra de Stalin.

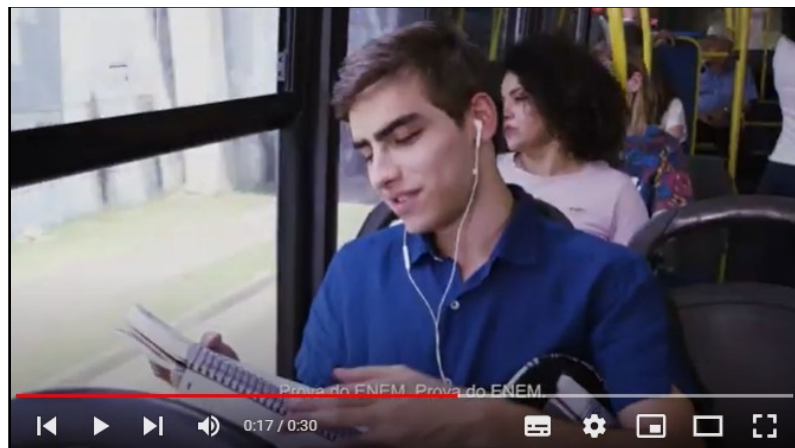
Em nossas análises, esses elementos podem ser observados, por exemplo, na propaganda de 2012 e 2013, que projetam o Enem e os programas federais, como o Prouni, como um símbolo de superação e de transformação individual. As imagens e as palavras utilizadas reforçam a ideia do exame como um divisor de águas para o futuro, destacando-o como uma oportunidade única para reescrever histórias de vida e alcançar a mobilidade social.

“Tô bem, tô zen, entrei pra faculdade com o Enem. ” (Enem, 2013)

“A bolsa para mim, ali, é minha inserção no mercado de trabalho, é minha modificação de vida, é meu carro novo daqui a três anos. É a minha casa, é isso que eu tenho. ” (Enem, 2012).

Os gestos dos estudantes também são elementos centrais nessas propagandas, os sorrisos e posturas seguras, projetam tranquilidade, evocando a ideia de que o Enem está ao alcance de todos, independentemente da sua condição social.

Imagem 1: Estudante no ônibus



Fonte: Propaganda Enem (2017)

A publicidade também mobiliza sentimentos associados à sensação de que o Enem fornece “rotas” para o futuro, ressaltando a necessidade de recomeços, determinação e resiliência.

A vida não pode parar. É preciso ir à luta, se reinventar, superar. Dias melhores virão. (Enem, 2020)

Segundo Pêcheux (2011, p. 74), “o Estado capitalista moderno passou a dominar a arte de utilizar a propaganda como forma de agir sobre as massas”, ou seja, além dos efeitos sobre a economia e o consumo, também passou a exercer efeitos diretamente sobre as massas pois “engaja o destino de milhões de homens e mulheres que, segundo a estratégia de uma ‘campanha de propaganda’, farão balançar este ou aquele lado, tomarão este ou aquele caminho, seguirão esta ou aquela direção” (Pêcheux, 2011, p. 79).

Nas propagandas, segundo Pêcheux (2011, p. 88), o sujeito contribui sem que haja “uma arma apontada para sua cabeça”. A metáfora sugere a força compulsória da ideologia, ou seja, da mesma forma como alguém responde à mira de uma arma, o sujeito responde à ideologia como uma ordem inquestionável. A autonomia do sujeito é, portanto, uma ilusão, pois ele age segundo valores, regras e significações que são impostas dentro de determinadas formações discursivas na quais estão inseridos. O sujeito, nesse caso, esquece que seu discurso e suas ações estão condicionados pelo “já lá”. Ele esquece que seu discurso já está inserido em uma rede de sentidos já estruturados e que as suas escolhas linguísticas e discursivas não são completamente livres.

Sendo assim, os discursos presentes nessas propagandas em análises, enquanto materialidades significantes, produzem sentidos que atravessam e constituem o sujeito através de um processo de identificação/interpelação ideológica e da relação com determinados lugares de enunciação, que, “por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa)”, conforme propõe Zoppi - Fontana (1999, p. 23).

Nesse processo de identificação/interpelação os sujeitos não são vistos como indivíduos físicos, mas como lugares sociais ou posições dentro de uma formação discursiva, como declara Pêcheux (1997 [1969], p. 82) ao dizer que, “...no interior do processo discursivo; ele [sujeito] se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado.” O autor refere-se ao fato de que, embora presente no discurso, esse sujeito é apenas uma imagem, sobre si mesmo ou que os outros construíram dele e de seu lugar. Assim, esses lugares, não correspondem aos lugares empíricos, nem aos sujeitos físicos, mas as projeções ou imagens que são sempre atravessadas pelas condições sociais, históricas e ideológicas de produção dos dizeres.

No contexto das propagandas oficiais, o MEC, enquanto órgão estatal e agente educacional, possui força social e institucional que lhes confere um lugar de enunciação associado à autoridade, legitimado como alguém que pode ‘falar assim’. Em tese, esse lugar enunciativo que o MEC fala, não representa apenas um lugar administrativo, ele é sustentado pelo funcionamento do Estado, que legitima a produção de discursos oficiais e confere aos seus enunciados um peso significativo.

Pensar então, o movimento propagandístico do Enem na televisão e nas redes sociais como o *YouTube*, é antes de tudo assinalar o que ele é: grandioso e popular. Um evento de relevância nacional, que precisa ser amplamente divulgado. Assim, podemos refletir a sua necessidade de circulação a partir de dois pontos. O primeiro, se dá pelo compromisso do governo do Estado em informar sobre as informações técnicas do exame. Pela sua grandiosidade e unicidade, a forma mais rápida de fazer chegar as informações é divulgá-las de forma instantânea ao maior número de pessoas possíveis. No entanto, também há uma necessidade da construção de uma legitimidade social em torno de sua relevância enquanto política pública educacional. Desde 2010, a partir da sua obrigatoriedade, o Enem vive no imaginário social como um marco na trajetória educacional dos jovens, cuja passagem deve ser cumprida para acessar às novas oportunidades.

Por se tratar de grandes espaços de comunicação em massa, a TV e as plataformas digitais, atingem uma audiência diversificada, composta por diferentes camadas sociais e faixas etária, inserindo-se em um espaço discursivo que (re) produz efeitos de sentido específicos, sobretudo porque alimenta esse imaginário social que constrói um sentido de urgência, como se a participação no Enem fosse um passo inevitável para alcançar o futuro desejado. Ao utilizar imagens de jovens em ambientes escolares e narrativas de superação, essas propagandas promovem uma relação direta entre a realização do Enem e a ideia de mobilidade social e acesso ao futuro, criando uma proximidade com o público-alvo, fazendo com que os jovens se sintam mais conectados ao exame, não apenas como uma exigência do sistema educacional, mas como uma oportunidade pessoal de futuro.

2.2.O funcionamento da metáfora nas formulações imagéticas das propagandas

É importante destacar que em nossa pesquisa de mestrado, adotamos a noção de publicidade conforme discutida por Nogueira (2015), que não faz distinção ideológica entre publicidade e propaganda. Embora para muitos estudiosos a publicidade e a propaganda sejam vistas como distintas, utilizaremos os termos como sinônimos.

Tradicionalmente a propaganda está vinculada à propagação de ideias ou sistemas ideológicos, sem o teor comercial, enquanto a publicidade visa a venda de produtos. No entanto, a publicidade pode ser tanto promocional quanto institucional, como propõe González (2012).

*A **Publicidade com objetivos promocionais** é uma ação de divulgação de produtos e serviços apresentando seus atributos e benefícios. Ressalta os aspectos positivos e as qualidades, influenciando na decisão de compra, tendo como componente principal a persuasão. Sedutora, engraçada, bonita e informativa. A **Publicidade institucional** é a divulgação e valorização de marcas e empresas. Busca apresentar uma filosofia, metas, objetivos e ações das organizações, tentando obter uma simpatia e construir uma boa imagem para os consumidores, embora também possa assumir características no sentido promocional. Uma outra característica desse tipo de publicidade é consolidar a empresa e sua marca no mercado solidificando sua posição por meio da afirmação de suas qualidades.* (González, 2012, p.23 *itálicos e negritos nossos*)

Nesse caso, tanto nas propagandas como nas formas de publicidade há um funcionamento discursivo capaz de moldar percepções, comportamentos e decisões. Ainda que os caminhos sejam diferentes, o objetivo tanto da publicidade como da propaganda é manter a atenção das pessoas, o que reflete o poder que as propagandas e a publicidade têm sobre as massas. Assim, ao longo do trabalho, embora optemos por utilizar o termo propaganda, consideramos uma relação de indistinção entre os dois conceitos, ao utilizar ora “discurso da propaganda”, ora “discurso publicitário”, sem perder a dimensão ideológica presente em cada um desses conceitos.

A língua é entendida como uma condição de possibilidade para a existência do discurso, que, por sua vez, é o espaço onde as ideologias se manifestam e refletem as disputas e as contradições que permeiam o discurso. Para Pêcheux, a linguagem é naturalmente simbólica, o que significa que os sentidos não estão presos às palavras e expressões, mas emergem nas condições dadas de produção, melhor dizendo, as relações discursivas se dão sempre por atravessamentos históricos e ideológicos.

A linguagem se justifica pela sua capacidade de se reinventar constantemente. Essa flexibilidade permite que o que poderia ser dito de uma forma também possa ser dito

de outra, abrindo espaço para um ‘vir a ser outro’. Mas, ao mesmo tempo, em que há possibilidade do equívoco, da multiplicidade, nos confronta a falta, a incompletude, resultando em um espaço onde os significados nunca se estabilizam. A linguagem, como aponta Orlandi (2012), é por natureza incompleta. Os sentidos que ela produz não são fixos, acabados ou definitivamente estabelecidos, estão sempre em movimento, sujeitos às condições de produção e às interpretações históricas e sociais.

É, portanto, essa condição da linguagem, sempre sujeita à falha, ao desvio, e que faz com que os sentidos se desloquem ou deslizem, que Pêcheux (1997 [1969], p. 96) introduz o conceito de “efeito metafórico” para definir “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”, que se dá porque o sentido de um termo pode ser deslocado ou deslizado de seu sentido comum, para abarcar outras formulações.

Em um esquema proposto por Pêcheux (1997 [1969]), o deslizamento ocorre entre dois elementos, representados como “x” e “y”, ao passo que o sentido de “x” e “y” ocorrem através dessa relação de substituição ou desvio entre eles, em um processo contínuo de construção de sentido.

Em nossos materiais, temos ‘as portas’, tanto em formulações visuais como linguísticas, e o termo ‘caminhos’. A porta pode ser representada por (x) e é um elemento da arquitetura que permite a circulação e a passagem de um local para o outro. Entretanto, no contexto das propagandas, teve seu sentido deslizado para oportunidades, realização de sonhos e futuro, deslizando o seu sentido de (x), para (y). Nesse caso, de um objeto físico, o contexto deslocou o sentido de porta para uma ideia abstrata e associou à possibilidade. O mesmo fenômeno ocorre com o caminho, que, de espaço físico, passou a significar trajetórias pessoais e acadêmicas, instaurando um efeito metafórico. Em ambos os casos, os termos deixam de ser apenas objetos ou espaços e passam a produzir efeitos de sentido que se deslocam conforme as formações discursivas em que estão inseridos.

De acordo com Mariani (2004, p. 15) “os pontos de falha na língua, de equivocação, de deslizamento, de deslocamento [...] provocam um estranhamento do dizer em relação ao próprio dizer [...] e é nisso que consiste o processo metafórico, na possibilidade de deslocamento.” É, portanto, o efeito metafórico, exclusivo das línguas naturais que oferece sempre a possibilidade de multiplicidade da interpretação.

Orlandi (2012) assim diz:

Como esse efeito é característico das línguas (naturais), por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos dizer que não há língua sem esses deslizamentos, logo não há língua que não ofereça lugar à interpretação. Em outras

palavras, a interpretação é constitutiva da própria língua, e onde está a interpretação, está a relação da língua com a história para significar. (Orlandi, 2012, p. 78).

Os “pontos de falha” de Mariani (2004) e os “deslizes” de Orlandi (2012) são fundamentais para o funcionamento da língua, pois, no discurso, a impossibilidade de tudo dizer cria uma falta, que possibilita o equívoco. Essa falta, por sua vez, abre espaço para a emergência de novos sentidos, gerados pela relação entre língua e história. No efeito metafórico, tanto na linguagem verbal quanto na linguagem visual, ocorre uma ruptura com a previsibilidade, o que permite a produção de múltiplos sentidos. Nesse contexto, Lagazzi (2015), ao parafrasear Pêcheux, amplia essa análise para o campo das formulações visuais, apontando que, assim como nos enunciados, os deslizamentos e as derivas também se manifestam nas imagens. Assim, a metáfora visual compartilha com a metáfora verbal a capacidade de deslocar sentidos.

Para Eni Orlandi (2012, p.44)

Não há sentido sem metáfora. As palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso a sua literalidade. Segundo Pêcheux (1975), o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição.

Para a autora, as palavras são sempre polissêmicas, e, portanto, uma palavra nunca estará limitada à sua literalidade. Em consonância, Pêcheux (2015, p.53) afirma que ‘um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro’. A metáfora visual compartilha desse movimento e assim como as palavras, as imagens também são suscetíveis a múltiplas interpretações, pois, ao ser observada, uma imagem pode deslocar seu sentido, permitindo uma gama de leituras que desafiam a linearidade e a previsibilidade da representação.

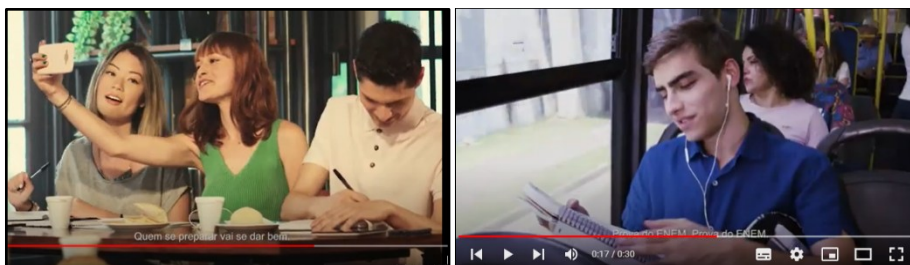
Por meio dos deslocamentos, os sentidos e as palavras são referidos a outras palavras e outros sentidos, em uma rede de sentidos nunca estável. Para Orlandi (2012, p. 85). “Entre o dizer e o não dizer, desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move”. É justamente nas falhas que o discurso desvela seus sentidos, contradições e atravessamentos, permitindo a emergência de novos significados, e ao fazer isso, torna visível a complexidade do discurso, permitindo a emergência de novos sentidos a partir das falhas presentes nas imagens.

2.3.A cidade e o urbano textualizando sujeitos

A cidade de acordo com Zoppi -Fontana (2011, p. 181) é compreendida como “um espaço simbólico de identificação/ subjetivação”, um lugar no qual, ao ser representado exige interpretações específicas dos sujeitos que e o vivenciam. Logo, os diferentes cenários como os parques, cafés e ônibus estão carregados de significados que ultrapassam o visível. Pensá-la discursivamente implica, então, “pensar como ela significa, quais são os sentidos produzidos nela e sobre ela pelos diversos discursos que a configuram e interpretam”. Assim, a cidade não representa apenas um espaço físico, mas um local onde sentido é produzido e interpretado.

Nessa perspectiva, os fundos presentes nas propagandas funcionam como mecanismos simbólicos que inscrevem relações de poder e desigualdades no discurso.

Imagem 2: Diferentes realidades



Fonte: Propaganda Enem (2017)

A imagem de um rapaz estudando em um ônibus contrasta com o grupo de jovens em um café. O ônibus, como espaço público funcional, reflete a realidade de muitos que dependem desse ambiente por falta de alternativas. Por outro lado, o café representa um espaço de privilégios. Essa escolha de cenários evidencia como o espaço urbano é estruturado por dinâmicas que não apenas naturalizam, mas tornam visíveis as diferenças sociais.

Atravessar o urbano é flagrar o real da cidade, se significando em faíscas, luminosidades que não duram senão o tempo de um flash, de uma mirada, de um lembrete efêmero, mas que ficam na retina produzindo seus efeitos. (Orlandi, 2001, p.14)

Os momentos capturados na propaganda, mesmo construídos cinematograficamente, como os estudantes em um café ou no transporte público, simbolizam essas faíscas e luminosidades que representam a busca pelo conhecimento no meio cotidiano. Esses instantes projetam sentidos de que o aprendizado está sempre

presente e acessível, mesmo em ambientes que parecem inviáveis. Apesar de breves, esses fragmentos captados no espaço urbano têm um impacto duradouro, pois revelam a riqueza, as contradições e a dualidade presentes nesse contexto, ainda que escape a um olhar desatento e permaneçam invisíveis para aqueles que não se detém sobre eles.

Zoppi-Fontana (2011, p. 181) afirma que “as práticas reais do espaço urbano em condições de produção históricas concretas dividem politicamente o direito à cidade, produzindo desigualmente processos de inclusão/exclusão dos sujeitos”. Essa perspectiva permite compreender que o espaço urbano não é apenas um local físico onde as pessoas vivem, mas um território marcado por desigualdades e disputas de poder.

Essas práticas reais mencionadas refletem como as cidades são organizadas e administradas, refletindo diretamente nas oportunidades e nos direitos dos diferentes sujeitos que nela habitam. Ao considerar o direito à cidade como algo politicamente dividido, podemos refletir sobre a carga simbólica presente nas propagandas e como os cenários revelam como as políticas urbanas e educacionais, muitas vezes, contribuem para a perpetuação das desigualdades como veremos mais adiante em nossas análises. Ao não problematizar as razões subjacentes que levam diferentes grupos a ocuparem espaços tão distintos, mantém-se a expectativa de um mesmo nível de produtividade, sem considerar essas disparidades estruturais.

2.4.O Enem como ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória

“De Clémentis, restou apenas o chapéu na cabeça de Gottwald” (Courtine, 1999, p.15). A frase, na qual iniciamos é uma anedota de Millan Kundera, lembrada por Jean-Jacques Courtine. A anedota conta que durante um dos discursos de Gottwald, um indivíduo chamado Clémentis retirou o seu chapéu e colocou na cabeça de Gottwald. O gesto virou símbolo, de modo que qualquer um que visse o chapéu, era capaz de relacioná-lo ao grande ato. Entretanto, Clémentis foi acusado de traição e enforcado. A fim de desvincular a imagem de Gottwald à memória de Clémentis, o departamento de propaganda o apagou da história e das fotografias, o que explica o porquê da frase.

Courtine retoma o exemplo para tratar da noção de memória discursiva, um conceito fundamental trabalhado pela análise de discurso, compreendido como um espaço coletivo e histórico em que os sentidos se relacionam a um já - dito na história, por meio de um movimento constante de repetição e ressignificação. Para o autor, os discursos, ao longo da história são reiterados e (res) significados, uma vez que cada novo discurso se constrói sobre o legado de formulações pré-existentes, permitindo sua (re) produção.

Esse conceito nos possibilitou pensar como os discursos que configuram o Enem hoje não são propriamente novos, o que há é um retorno constante de uma memória discursiva, repetida, deslocada e (res) significada. Como propõe Courtine (1999, p. 18), “a existência do enunciado está, assim, ligada à noção de uma reprodução que se destaca de acordo com uma dimensão de alguma forma vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes”. Para o autor, a retomada aos discursos não deve ser tomada simplesmente como um processo de ressignificação, mas pensá-lo enquanto um processo de articulação histórica e ideológica.

Nesse sentido, o Enem, longe de ser considerado apenas um instrumento técnico de avaliação, mobiliza uma rede de memórias discursivas que interligam discursos sobre práticas avaliativas, políticas educacionais e acesso à educação no Brasil em um campo complexo de sentidos através de um “sempre já”. Esses discursos não são apenas lembranças, mas partes estruturais que condicionam como os significados emergem. Assim, a verticalidade representa a relação de continuidade histórica marcada pelo fio da memória discursiva.

Entretanto, não devemos considerar esse retorno como algo linear ou exato. O retorno é, pois, um deslocamento que possibilita que os sentidos se transformem. Nesse caso, a memória é também lacunar, como explica Courtine.

[...] uma repetição vertical, que não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não sabido, um não reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado; uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma memória lacunar ou com falhas. ” (Courtine, 1999, p. 21)

Para Courtine, a memória também carrega lacunas, esquecimentos e transformações, sendo marcada tanto por aquilo que é dito quanto pelo que é silenciado ou esquecido. Há um não sabido, uma repetição que é presente e ausente na mesma medida.

Em conformidade com o pensamento de Courtine, Pêcheux afirma que:

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos. (Pêcheux, 1999, p. 56)

A memória discursiva descrita por Pêcheux é um espaço móvel, de constante transformação e permeado por rupturas que revelam um estado não linear dessa memória. Os discursos, portanto, ao serem retomados, deslocados e (re) significados, jamais manterão uma estabilidade, pelo contrário, um mesmo discurso, ainda que aparentemente seja o mesmo, pode operar a partir de novos significados, sendo questionados, tensionados e desafiados, ao passo que é relacionado a outros elementos discursivos em determinadas condições sociais e históricas.

Dentro da pesquisa, os discursos sobre acesso e educação, embora aparentemente semelhantes, se vinculam aos contextos distintos e textualizam espaços discursivos que expõem (re) significações, uma vez que o retorno a discursos ou significados do passado podem ser repetidos em novos contextos. Em nossas análises, esse movimento pode ser observado em como determinadas imagens de jovens e de oportunidades de estudo foram frequentemente (re) utilizadas para fortalecer a mensagem de que a educação é acessível a todos. Nesse contexto, o Enem se constitui como uma memória que atualiza os discursos sobre o vestibular tradicional, mas inserindo-se em um novo campo de significação.

De acordo com Pêcheux (2015, p. 16) o acontecimento discursivo é definido como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Ao passo que a atualidade está associada à formulação do dizer, do intradiscurso e a memória discursiva associada ao interdiscurso, o já dito, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob

a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Assim, é o batimento entre uma memória, que são as marcas discursivas herdadas de práticas avaliativas anteriores, como o vestibular tradicional [o vestibular]; e uma atualidade, que se refere à formulação de novos discursos [o Enem], que se desdobra o acontecimento no real do sentido.

Para Mendes, Sousa e Silva (2020, p. 184);

O acontecimento discursivo engloba o embate entre a atualidade e a memória que não estabelece uma recorrência repetível, mas, sim, uma ressignificação. Enquanto a memória procura estabelecer uma regularidade enunciativa, o acontecimento discursivo caracteriza-se, contrariamente, como sua irrupção.

Ao irromper, o acontecimento discursivo quebra uma ordem, ele acontece no espaço entre o novo e o repetível e recria o sentido. Entretanto, Pêcheux (2015, p. 20) discute que embora os sentidos sejam (res) significados discursivamente, essa ressignificação não tira a opacidade do acontecimento, “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento”, nesse caso, mesmo que um novo sentido surja, ele não é completamente transparente. O Enem surgiu como uma prática avaliativa que prometia romper com as tradições excludentes do vestibular, apresentando-se como um mecanismo de democratização do acesso à educação superior. No entanto, essa ressignificação não elimina completamente as marcas do passado, nem apaga as contradições históricas que permeiam o discurso educacional, o confronto discursivo se mantém nas tensões, pois o agora não é capaz de apagar o já -dito.

Como aponta Pêcheux, um novo sentido carrega consigo traços dos discursos passados. Assim, o “novo” discurso do Enem dialoga constantemente com o “já dito” do vestibular tradicional, o que reflete a opacidade mencionada pelo autor, ele atualiza os sentidos, mas também carrega a opacidade das contradições que permanecem no campo do discurso educacional.

Sendo assim, podemos pensar como as mudanças no Enem não só transformaram a sua própria estrutura como também representaram uma ruptura e uma ressignificação no discurso educacional brasileiro. Historicamente, o vestibular tradicional esteve associado a um processo seletivo conteudista e segmentado. A partir de 2011, segundo os idealizadores do Enem, a prova adicionaria novos sentidos ao processo seletivo, ao deslocar os sentidos de uma prova que se baseava na memorização para a valorização das habilidades e competências dos estudantes. Defendendo um modelo de avaliação que superasse a simples memorização e que fosse capaz de avaliar a capacidade dos estudantes mediante os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação básica, além

de possibilitar mais oportunidades a partir da universalização da prova para todas as instituições do país.

Esse movimento provocou um deslizamento dos sentidos e tensionamentos discursivos, pois a medida em que se estabeleceu como um exame democrático, questionou o antigo modelo naturalizado na educação brasileira que por muito tempo foi discutido como um mecanismo de seleção excludente e elitista, uma vez que, grande parte dos estudantes não conseguiam ser aprovados devidos às condições desiguais de preparação. Em suma, a ruptura com sua finalidade inicial e a nova a proposta que apresentou, o Enem fissurou sua essência até então sem falhas. Ao apresentar seus novos objetivos, o exame rompeu com sua essência, o que reconfigurou os modelos de processos seletivos até então vigentes e desestabilizou os discursos e questionamentos em torno do acesso à educação superior no Brasil, fortemente vinculada aos antigos vestibulares.

Essas mudanças ocorridas ao longo de sua linha existencial e a resignificação dos processos discursivos em torno do Enem como processo avaliativo e como processo seletivo democrático corroboraram para a grandiosidade do que ele se tornou, o principal meio de entrada no ensino superior de todo país.

A partir do nível de notoriedade que conquistou, a prova passou a ser associada à uma porta que se abre e a um caminho de oportunidades, vivendo no imaginário social com uma fábrica de sonhos.

3. QUADRO METODOLÓGICO

Neste capítulo, trataremos do percurso metodológico para a realização desta pesquisa, bem como uma apresentação dos materiais de análise, descrevendo desde a construção do arquivo até a seleção dos recortes que compõem o *corpus* da pesquisa, fruto de uma construção heterogênea, reunindo elementos que permitam uma análise discursiva aprofundada, considerando a pluralidade das materialidades discursivas em suas diferentes naturezas.

3.1. Condições de Produção: O Enem como uma política educacional

Segundo Pêcheux (1969 [1997] p.77) “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Essas condições, de acordo com Orlandi (2012), podem ser consideradas a partir de dois sentidos distintos. De um lado, temos o sentido estrito que se refere às circunstâncias da enunciação ou o contexto imediato em que o discurso é produzido. De outro, temos as circunstâncias no sentido amplo, que incluem as condições sócio-históricas e ideológicas, que trazem para a textualidade discursiva elementos externos aos discursos, mas que influenciam e moldam as relações no interior das formações discursivas. Em nossa pesquisa, o sentido estrito trata-se do objetivo prático e comunicativo das propagandas de informar os estudantes sobre o exame, ou seja, o discurso tem uma função utilitária, atendendo as demandas do Ministério da Educação de alcançar seu público-alvo. Já a circunstância no sentido amplo diz respeito ao contexto ideológico mais abrangente, nesse caso, o período em questão reflete um momento marcado por uma política educacional que buscava se alinhar às políticas de ordem internacional.

Deste modo, o nosso trabalho tratará mais precisamente do exame em sua segunda fase, que se desenvolve na segunda década do século XXI, abrangendo os governos de Dilma Rousseff (2011-2016); Michel Temer (2016-2018) e governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) uma vez que o recorte temporal surge como cenários ideológicos e que têm um grande impacto sobre os discursos e debates sobre a educação e os processos discursivos em funcionamento, especialmente se considerarmos que os discursos estão sempre inseridos na história e que é através da história que estabelecemos as condições materiais e sociais que determinam os discursos. Entretanto, abordaremos uma breve discussão sobre as motivações do surgimento do Enem no final do século XX.

Com a participação dos organismos internacionais tanto em termos pedagógicos como organizacionais, visavam a construção de uma educação acessível, que promovesse a democratização do conhecimento em todos os níveis de ensino, inaugurando um momento de efervescência no campo da educação brasileira e mundial na década de 90. A presença desses organismos motivou uma série de conferências, sendo de grande importância a conferência de Jomtien, na Tailândia, em que foram estabelecidas metas que deveriam ser monitoradas por meio de sistemas de avaliação.

No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já operava, desde a sua criação, por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que abrangia tanto o monitoramento dos resultados do ensino fundamental quanto o ensino médio. No entanto, houve a necessidade de uma avaliação que, além de medir o desempenho acadêmico, considerasse o desenvolvimento dos jovens de acordo com suas competências e habilidades individuais. Foi sob essa justificativa que, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído pela portaria MEC n.º 438, de 28 de maio de 1998. Inicialmente, o Enem tinha como objetivo principal avaliar os estudantes ao final do ensino Médio, mas já sugeria em seu inciso III, a possibilidade de ser utilizado como um possível critério adicional para o ingresso na universidade.

- I - Conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- II - Criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
- III - Fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- IV - Constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio. (BRASIL, 1998).

Durante sua fase inicial, o Enem passou por diversas mudanças, a primeira foi em 2004, quando deixou de ser exclusivamente um sistema de avaliação e passou a ser utilizado como critério para a concessão de bolsas integrais e parciais mediante o Programa Universidade para Todos (Prouni). Antes da implementação de programas federais como o Enem, o acesso ao ensino superior se dava principalmente por meio dos vestibulares, no entanto, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi concedido autonomia para que as instituições de ensino superior definissem

seus próprios critérios de seleção, desde que fossem pautados por princípios de pluralidade e ética¹.

A partir de 2010 o Ministério da Educação optou por transformar o Enem no principal meio de entrada nas universidades públicas e privadas de todo o país, através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), regulamentado pela Portaria Normativa n.º 2, de 26 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, no dia 27 de janeiro de 2010. O artigo 1º dizia:

Fica instituída o Sistema de Seleção Unificada - Sisu, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação - MEC, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizados pelas instituições públicas de educação superior participantes. (BRASIL, 2010, p. 80).

De acordo com Nogueira (2017), a implementação do programa visava três grandes vantagens. A primeira seria o ganho institucional, ao tornar o processo de ocupação das vagas mais barato e mais eficiente, pois reduziria os custos das instituições com a realização de seu próprio vestibular; maior mobilidade geográfica dos estudantes, sem que houvesse a necessidade de se inscrever separadamente nos vestibulares de cada universidade de interesse, e por fim, o efeito de inclusão social, pois possibilitaria maior oportunidade para os estudantes das camadas mais vulneráveis socialmente.

Segundo dados da Andifes (2018, p. 21), entre 1996 e 2003, antes da implementação do Sisu (2009), os estudantes brancos representavam maioria dos graduandos nas IFES, ao passo que a soma da participação de pretos e pardos era de 34,2% em 1996, e aumentou para 38,0% em 2003. Com a implementação do Sisu ampliaram-se as oportunidades e essas mudanças puderam ser vistas em dados. Conforme a pesquisa, após a implementação do Sisu, a participação dos estudantes brancos diminuiu de 53,9% em 2010, para 43,3% em 2018. Enquanto a participação dos estudantes pretos e pardos cresceu substancialmente. Em 2014 o número de estudantes pretos e pardos era de 57,5%.

A implementação do Sisu resultou em uma mudança significativa, no entanto a implementação da Lei nº 12.711/12, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, consolidou um processo de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil

¹ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O fim da obrigatoriedade do vestibular. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/Enem/o-fim-da-obrigatoriedade-do-vestibular>. Acesso em: 16 dez. 2024.

ao garantir a reserva de 50% das vagas em instituições públicas de ensino superior para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Essa reserva considerou critérios como renda *per capita* e estudantes declarados negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Juntos, esses avanços representam um marco significativo para a educação brasileira, promovendo transformações no acesso ao ensino superior e reafirmando a educação como um direito social.

Esse movimento de transição de exame avaliativo para um mecanismo de ingresso nas universidades públicas, incitou novos debates. A criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a promulgação da Lei de Cotas podem ser vistos como práticas discursivas que reconfiguram as relações de poder e os sentidos de igualdade no campo educacional brasileiro. O Enem, a partir de 2010, não apenas mudou de formato, ele também assumiu novas funções, inclusive ideológicas, evidenciando tensões e contradições em seu funcionamento ideológico.

De um lado, o discurso da democratização sugeriu uma ruptura com práticas tradicionais de seleção, promovendo um imaginário de igualdade. Por outro lado, ao se inscrever nas condições materiais de produção, a consolidação do Enem ocorreu em um cenário no qual as políticas educacionais buscavam atender tanto às demandas de democratização quanto às exigências do mercado. Desta forma, o Enem pode ser visto uma política educacional que representou uma transformação discursiva e que tensionou valores sociais e ideológicos.

3.2.O recorte e a captura simbólica

De acordo com Lagazzi (2015) o trabalho analítico discursivo na intersecção de diferentes materialidades significativas impõe demandas que levam o analista a enfrentar a noção do recorte, isso porque ao estabelecer os recortes é necessário identificar aquilo que é, ou não, relevante para o funcionamento discursivo. Assim, surge a necessidade de um dispositivo teórico-analítico que oriente essa investigação, permitindo que as múltiplas camadas de significação sejam desveladas e detalhadas em sua totalidade, sem desconsiderar as especificidades de cada materialidade, pois funcionam na relação de incompletude umas das outras.

Desta forma, consideramos a noção de recorte tratada por Orlandi (1981).

O recorte é uma unidade discursiva. Por unidades discursivas entendemos fragmentos correlacionados de linguagem - e situação. Assim, um recorte é um fragmento discursivo da situação discursiva [...] o recorte distingue do

segmento porque o segmento é, simplesmente, uma unidade ou da frase ou do sintagma etc. No caso da segmentação, o linguista visa a relação entre unidades dispostas linearmente. (Orlandi, 1981, p. 14)

Conforme explica a autora, a unidade discursiva, ou fragmentos correlacionados de linguagem-situação, consolidam a linguagem no plano situacional e estabelece um compromisso entre condições de produção e situação discursiva. O recorte, portanto, não necessariamente permite uma linearidade, mas é obrigatoriamente parte de uma situação discursiva. Na AD, ele não deve ser confundido com um processo de segmentação, visto apenas como um pequeno fragmento, parte isolada de um todo. Ao confundir-se, retira-se também a possibilidade da multiplicidade, pois se calcifica apenas um sentido, aquele posto na materialidade do código linguístico. Os recortes, por outro lado são feitos na (e pela) situação de interlocução, o recorte remete à polissemia e não a informação.

O recorte, portanto, não é apenas um dado isolado, mas dotado de múltiplos sentidos possíveis. Sendo assim, observamos como os sentidos de portas e caminhos são projetados a partir das propagandas oficiais, dando aos discursos presentes nessas propagandas uma espessura semântica e ideológica muito mais opaca, pois como discute Orlandi (2012) as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem em uma situação discursiva.

O trabalho a partir dos desdobramentos dessas espessuras e a incompletude dos discursos nos levam a refletir sobre um processo que não é apenas um reflexo da realidade, mas um espaço de produção de sentidos atravessados pela história, pela memória e pelas ideologias. A fim de trabalhar esse enfoque do recorte na incompletude, Lagazzi (2008, p. 01) propõe o conceito de ‘significante’, entendido “não mais como imagem acústica, referida ao signo em determinada leitura Saussuriana, mas como componente de uma cadeia estruturante falha, cuja materialidade específica (verbal, visual, sonora, gestual...) fica exposta à produção de significações. ” Lagazzi propõe que o significante não é fechado ou estático em si, ele é aberto e incompleto.

Para a autora, o ato de recortar é selecionar significantes significativos do funcionamento discursivo e estabelecer relações significativas entre elementos significantes em diferentes materialidades, enfatizando como a análise discursiva se dá a partir da heterogeneidade e a falha estrutural dos sentidos. Do mesmo modo, retomamos, como ela mesmo descreve ao parafrasear Pêcheux (2015, p. 53) e assumir a imagem como dispositivo de leitura diz: “[...] toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco

da [imagem]: [toda imagem] é intrinsecamente suscetível de tornar-se outra, diferente de si mesma, e se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Sendo assim, as nossas análises compreendem apenas um dos muitos gestos de leituras que podem ‘vir a ser’, afinal o discurso, em sua materialidade linguística ou imagética, está sujeito ao equívoco e falha.

Em síntese, considerando a heterogeneidade de nosso *corpus* tomamos por empréstimos a noção de materialidade significativa, de Lagazzi (2007), já que o termo consegue comportar tanto o funcionamento da materialidade verbal, como as materialidades não-verbais, considerando que a união de diferentes materialidades não pode ser considerada como uma extensão uma da outra, mas como uma relação de entremeio entre elas.

É importante ressaltar que, na Análise de Discurso, os elementos significantes não são considerados tendo como parâmetro o signo, mas a cadeia significativa, o que permite ao analista buscá-los sempre em uma relação de movimento, de estabelecimento de relações. (Lagazzi, 2007, p. 01)

Lagazzi propõe que tanto as materialidades linguísticas quanto imagéticas possuem funcionamento discursivo próprio, mas que o sentido emerge da relação entre essas materialidades. Ou seja, cada materialidade contribui singularmente para a produção de sentido. No entanto, ao trabalhar com diferentes materialidades significantes, deve-se partir de um recorte bem definido e utilizar um dispositivo teórico-analítico capaz de interpretar como essas materialidades funcionam discursivamente.

Considerando essa perspectiva, os recortes retirados das propagandas analisadas neste trabalho seguem esse princípio, pois a relação entre o verbal e o não verbal é explorada como um ponto central para compreender os discursos em funcionamento, o que possibilita investigar como as diferentes materialidades se articulam para produzir sentidos em cada propaganda, considerando suas condições históricas, sociais e ideológicas.

Por ser atravessado pelas condições sociais e ideológicas, a autora diz que “o que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha”. Portanto, os recortes retirados das propagandas compreendem uma das muitas leituras possíveis, podendo aos olhos do leitor, derivar por outros sentidos, afinal o olhar é uma prática ideológica capaz de subversão, justamente quando faz retorno sobre o sujeito. O olhar do sujeito, portanto, não é neutro, ele vem atravessado pelas posições ideológicas que podem transformar ou

(res) significar o que é visto. Esse retorno do olhar sobre o sujeito destaca o papel ativo do observador, revelando camadas de significação que vão além do conteúdo explícito. Dessa forma, cada leitura ou interpretação funciona como um ato de construção e de confronto ideológico.

3.3.Meritocracia e Neoliberalismo

Segundo o escritor, sociólogo e político britânico Michael Young a palavra meritocracia vem do latim “*mereo*” que significa merecedor e o sufixo “*Kratos*” que quer dizer força e poder, havendo uma junção da palavra *mérito* + *cracia* (que significa governo do mérito) um modelo hierárquico social, político e democrático que se consolidou ao longo do tempo como uma das mais importantes ideologias nas sociedades modernas. Embora o conceito de meritocracia seja amplamente explicado na sociedade brasileira, ele ainda carece de uma definição clara nos dicionários de língua portuguesa, alimentando debates polêmicos sobre seu significado.

Da relação com o campo da educação, trazemos um diálogo com Barbosa (2003) para pensar os sentidos de meritocracia enquanto sistema de valores considerados importante em uma sociedade democrática. Na conceituação da autora há a ideia de que os talentos são aleatoriamente distribuídos, nesse caso, nem todos serão contemplados pelos dons naturais, ou o que poderemos chamar aqui de competências, restando apenas uma única saída, os esforços pessoais.

Ao refletir sobre a distribuição aleatória dos “talentos” de acordo com Barbosa (2003) há espaço para questionar se o sucesso/fracasso pode ser visto como fruto exclusivo do mérito ou essa ideia estaria operando como uma estratégia discursiva que naturaliza o acesso desigual, indicando que o esforço e o talento bastam para superar qualquer barreira? Para Walzer (2003, p. 28) O mérito é considerado o objeto da meritocracia e está associado ao conceito de mérito que vem do latim *meritum* e designa tanto ganho, lucro quanto pena, castigo, termo “tanto ilimitado quanto pluralista”. Embora o autor apresente sua concepção do que é mérito, ele deixa evidente que é um conceito aberto a diversas interpretações e que depende do contexto em que é usado.

Considerando assim, a não transparência da linguagem e que os sentidos não estão evidentes em si mesmos, pelo contrário, quanto mais transparente se parecem, mas carregado de opacidade são, pensar o sentido de meritocracia dentro de uma sociedade democrática, sobretudo na publicidade do Enem, exige uma reflexão sobre os efeitos ideológicos que atravessam esse discurso e as condições materiais que em que ele se inscreve.

Na Fundamentação Teórica - Metodológica do Enem², (Brasil, 2005), são

² BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Exame*

discutidos os conceitos de competição, concorrência e competência. Segundo o documento, competição é definida como o ato de “pedir junto”, no sentido de que diferentes elementos estão buscando alcançar o mesmo objetivo, mas somente alguns conseguirão. A concorrência significa correr junto em direção a um objetivo comum que envolve multiplicidade e diversidade. Já a competência é a capacidade de lidar com as situações de competição e concorrência. Ela é vista como um equilíbrio entre essas duas realidades: a competição, onde há um objetivo escasso, pois poucos conseguirão alcançar, e a concorrência, onde há múltiplas tarefas ou demandas que precisam ser atendidas.

A meritocracia como conceito defende que o sucesso depende de esforços, habilidades e méritos pessoais, independentemente das condições externas, como as desigualdades sociais ou as vulnerabilidades socioeconômicas, pressupondo que todos tenham as mesmas condições para alcançar o sucesso, e somente aqueles que se destacam são merecedores de suas conquistas. Assim, ao refletirmos sobre os conceitos da Fundamentação Teórica - Metodológica do Enem e do conceito de meritocracia, os estudantes que se destacam nos exames, como o Enem, demonstram não apenas um reflexo dos seus esforços, mas também suas capacidades de organizar e administrar as demandas, independente da exterioridade. Essa lógica, portanto, silencia situações desiguais enfrentadas pelos estudantes e prioriza exclusivamente a individualidade e produtividade.

A valorização dessa individualidade e produtividade é possível observar nas propagandas em análises e em falas de figuras de autoridade como a ex-presidente Dilma Rousseff e do ex-ministro da educação Abraham Weintraub, como mostra a seguir:

*[...] por tudo isso eu digo com muita tranquilidade que o Enem é um instrumento fundamental para abrir oportunidades para todos os jovens, democratizando o seu acesso à educação e **valorizando o esforço de cada uma das pessoas que querem estudar**.* (Rousseff, 2014)

Ao dizer que o exame “valoriza o esforço de cada uma das pessoas que querem estudar”, há um deslizamento para um discurso meritocrático, no qual o êxito no Enem estaria condicionado exclusivamente ao empenho individual. Esse enunciado desconsidera as determinações históricas da exclusão educacional no Brasil, operando um

apagamento das contradições que marcam o acesso ao ensino superior. Se, por um lado, a prova pode ser um mecanismo de entrada para grupos historicamente marginalizados, por outro, o discurso da democratização plena silencia os obstáculos concretos que impedem muitos jovens de competir em condições equitativas. Dessa forma, a fala da ex-presidente insere-se em um jogo discursivo que, ao enfatizar a ampliação de oportunidades, mantém opaca a reprodução das desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro.

Na propaganda de 2014 também opera a lógica da meritocracia. A repetição da expressão “o caminho existe, basta ter vontade” sustenta um efeito de evidência que naturaliza a ideia de que a trajetória educacional e profissional depende unicamente do desejo e do esforço individual, desconsiderando as barreiras estruturais que limitam esse acesso, como desigualdades socioeconômicas, ausência de políticas públicas efetivas e precarização da educação básica. ***“Todo mundo precisa de oportunidades, de fazer um curso técnico, uma faculdade. O caminho existe basta ter vontade. Ter uma vida feliz com qualidade. O caminho existe basta ter vontade. Ter uma vida feliz com qualidade.*** (Enem, 2014)

Já na fala do ex-ministro Abraham Weintraub, ele diz: “[...]então é falacioso dizer que lá no interior do agreste, a pessoa não vai conseguir estudar, ela não consegue nem fazer a inscrição para o Enem. **E a profunda injustiça social, o Enem não é feito para corrigir injustiça social, é para selecionar as melhores pessoas, os mais capacitados para seus futuros médicos, futuros engenheiros, futuros enfermeiros.** E se nós ficarmos seis meses ou um ano sem fazer o Enem, a consequência será menos 45 mil médicos no Brasil, menos 60 mil engenheiros, menos 50 mil enfermeiros, essa é a consequência.” (Abraham Weintraub, 2020).

Ao declarar que o Enem “não é feito para corrigir injustiça social, é para selecionar os mais capacitados”, o ministro sustenta uma visão meritocrática da prova, reforçando a ideia de que o exame apenas identifica os “melhores”, desconsiderando que os critérios de avaliação já partem de um recorte social desigual. Esse discurso inscreve-se em uma formação discursiva que nega a função social da educação como mecanismo de combate às desigualdades e reforça uma lógica tecnicista, na qual a seleção dos “futuros médicos, engenheiros e enfermeiros” é apresentada como um processo neutro e independente das condições materiais dos sujeitos. Ou seja, o enunciado de Weintraub não apenas reitera a

exclusão de determinados grupos do ensino superior, mas também a justifica ao transformar a desigualdade educacional em um dado natural e inevitável.

Assim como nos discursos meritocráticos, a valorização dos princípios de produtividade e competitividade, é também um dos pilares defendido pelos ideais neoliberais, ao propor que o sucesso e/ou fracasso de um indivíduo depende exclusivamente de suas escolhas, esforços e capacidades pessoais, desconsiderando as desigualdades estruturais que moldam as condições de vida e oportunidades. Os ideais neoliberais também defendem que a principal e única função do Estado seria o de incentivar o aumento da produtividade e competitividade, enquanto o desenvolvimento, crescimento econômico e a empregabilidade ficam a cargo do próprio trabalhador, motivado pelo seu próprio anseio e pela competitividade.

Os ideais neoliberais ascenderam no final da década 70 e início dos 80, representado por uma fusão do pensamento da escola de Chicago e as ideias de Margaret Thatcher e Ronald Reagen. Suas bases foram motivadas em parte por uma busca dos direitos civis, pela autonomia e responsabilidades dos cidadãos por suas escolhas pessoais (Harvey, 2008). Esse movimento emerge em meio à crise no Estado de Bem-estar social, solidificando suas bases com os movimentos em busca dos direitos pela liberdade individual e ao final do *Anos dourados*³, conhecido como um intenso período de crescimento e transformações sociais. Diferente do que estabeleceu o Estado de bem-estar social, em que o Estado estimula a igualdade de valor para todos e o fornecimento de recursos básicos para a sobrevivência humana, prezando pelo coletivo, o neoliberalismo rompeu com esse movimento e estabeleceu sua crítica, propondo a reestruturação econômica e a retomada do crescimento.

Para o ideário neoliberal a principal e única função do Estado seria o de incentivar o aumento da produtividade e competitividade, consequentemente, o desenvolvimento e crescimento econômico.

Segundo Thierry Guilbert (2020, p. 98 -99)

[...] A visão competitiva que impõe o DNL [discurso neoliberal] define o “quadro” da maioria das atividades e dos comportamentos humanos, disseminando-se em todas as camadas da sociedade e no mundo inteiro. [...] A competição, muito presente no DNL, não é apenas internacional, longe disso.

³ De acordo com Singer (1995, p. 09) Anos Dourados do capitalismo refere-se ao um momento caracterizado por taxas elevadas, historicamente as mais altas, de crescimento da produção e da produtividade, através do emprego e intenso aumento do consumo.

Ela também é valorizada no âmbito individual: muitos comerciais naturalizam a competição, mostrando e exaltando o vizinho que comprou um carro mais bonito, que é mais esperto em seu comportamento de consumidor ou que provoca o olhar invejoso de sua comitiva. E o próprio arquétipo da valorização da tópica neoliberal da competição, porque funciona em todos os níveis: individual e coletivo, nacional e internacional, regional e europeu. (Thierry Guibert, 2020, p. 98 -99)

Guibert destaca a presença e o impacto do discurso neoliberal em diversas esferas da sociedade e o papel central da competição como um princípio organizador tanto em nível individual quanto coletivo. Segundo o autor, a competição não se dá apenas entre as nações, em escala global, se dá também nas microrrelações, ela se infiltra nas dinâmicas cotidianas e individuais, como em um princípio que valoriza o indivíduo e o seu sucesso pessoal, princípio esse, muito explorado pela mídia e os meios de comunicação como as propagandas.

Ao associar o Enem como uma “porta de entrada” ou assemelhar à uma “corrida” em direção ao ensino superior, como propõe a Fundamentação Teórica Metodológica, naturaliza-se a competição entre os estudantes e ao naturalizar, ignora-se as disparidades entre os candidatos, como as diferenças no acesso à educação básica de qualidade ou infraestrutura. Embora sejam mostradas imagens de estudantes alcançando a universidade, os desafios enfrentados por alunos de baixa renda ou escolas públicas são reais. Embora tenham liberdade de acesso enfrentam desafios de permanência, como mostram os dados a seguir.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022⁴, a maioria dos jovens de 18 a 24 anos (43,4%) concluiu o Ensino Médio. No entanto, apenas 20,2% desse grupo está matriculado no Ensino Superior, enquanto 21,2% não chegou a concluir o Ensino Médio. Os dados mostram que embora haja uma progressiva democratização do acesso ao ensino, persistem as barreiras que mantêm um mecanismo de exclusão. A falta de recursos financeiros para cursar o ensino superior em instituições privadas, a baixa qualidade do ensino em regiões vulneráveis, o que fragiliza o ensino e consequentemente dificulta a busca por uma vaga nas faculdades públicas. A insuficiência de políticas de permanência no ensino são os principais desafios enfrentados. Entretanto, os discursos que valorizam a individualização e produtividade, tendem a minimizar esses efeitos ao

⁴ INEP. Apresentação do Censo da Educação Superior 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_d_a_educacao_superior_2022.pdf Acesso em: 23 nov. 2024.

projetar sentidos de que independentemente de sua origem social ou econômica, todos possuem as mesmas oportunidades de sucesso.

Segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil (Semesp, 2024, p.39)⁵, a taxa geral de evasão no ensino superior no Brasil chega a 57,2%. Esse número inclui tanto as instituições públicas como privadas, bem como os formatos de educação presencial e a distância (EaD). As instituições privadas têm uma taxa de evasão muito maior, com cerca de 60,8%, enquanto as instituições públicas somam 39,3%. Além disso, os cursos ministrados via EaD apresentam uma taxa ainda maior de evasão com 64% em comparação aos programas presenciais com um total de 52,6%.

De acordo com a Semesp (2024, p. 86), “78,5% dos alunos matriculados em cursos de Licenciaturas são provenientes do ensino médio público devido baixa concorrência, atrai um público com menor renda, e talvez facilita o ingresso no ensino superior”. Por outro lado, segundo o Relatório Síntese do Enade (2019, p. 37 -40,44)⁶, na área de medicina, o curso de maior prestígio social no Brasil, o perfil dos estudantes é com predominância de 67,1% para estudantes que se declararam de cor ou raça branca; 26,1% do sexo masculino e 41,1% do sexo feminino, com renda mensal familiar de R\$ 9.540,01 a R\$ 28.620,00. Cerca de 81,9% declararam que seus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas. Quanto ao tipo de escola que cursaram o ensino médio, 61,5% dos estudantes matriculados nas IES públicas cursaram todo o ensino médio em escolas privadas e 33,6% dos estudantes de medicina cursaram em escolas públicas.

Os dados apresentados anteriormente revelam que, embora o acesso à educação superior seja frequentemente apresentado como uma oportunidade de ascensão social, a realidade evidencia que o acesso é profundamente condicionado por fatores estruturais. De acordo com os relatórios, a concentração marcante de estudantes de alta renda e de cor branca em cursos de prestígio, como medicina, contrasta com o perfil dos estudantes de licenciaturas, constituído majoritariamente por estudantes de baixa renda e oriundos do ensino médio público. Isso mostra como o sistema educacional deve antes de tudo ir

⁵ SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2024. Instituto Semesp, 2024. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2024/04/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2024.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

⁶ INEP. Relatório Síntese do Enade 2019 - Área Medicina. Brasília: Inep . Acesso em: 20 nov. 2024. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2019/Enade_2019_Relatorios_Sintese_Area_Medicina.pdf . Acesso em: 20 nov. 2024.

além da retórica individualista e reconhecer a necessidade de uma estrutura que valorize a equidade, não só o acesso, mas garanta a permanência e a democratização em todos os níveis de ensino e espaços.

3.4. Entre Arquivo e Corpus: Um olhar metodológico

Para abordar o *corpus* da nossa pesquisa, partimos da noção de arquivo, definida por Pêcheux (1982, p. 57), como um campo de “documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Trata-se, portanto, de um conjunto de materialidades distintas que nos permite uma análise aprofundada sobre as questões de acesso à educação e dos sentidos que se projetam nos discursos analisados. Essa perspectiva possibilita submeter o tema a relações ou confrontos consigo mesmo, ampliando a compreensão das dinâmicas discursivas em jogo.

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura interpretativa” – que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo”, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma”. (Pêcheux, 1982, p. 57).

Para Pêcheux, o arquivo é concebido como um conjunto amplo e histórico de discursos que circulam e se sedimentam no campo social e ideológico. Ele é constituído por textos, imagens e outras representações que carregam a historicidade do discurso, isto é, sentidos e interpretações construídos e reconstruídos ao longo do tempo. Nessa linha, dialogamos com a perspectiva de Pêcheux ao considerar, em nossas análises, diversas materialidades discursivas. Isso inclui tanto o verbal, quanto o não-verbal, abrangendo elementos imagéticos e audiovisuais, os quais aprofundam nossa compreensão sobre o funcionamento discursivo do nosso objeto de estudo.

Sob essa perspectiva, o arquivo não pode ser visto como um simples conjunto de dados. Trata-se de uma coleção que, ao ser trabalhada, é moldada conforme os objetivos da pesquisa, permitindo ao analista identificar e organizar os elementos discursivos que farão parte do *corpus*. Como aponta Orlandi (2012, p. 67), “a análise é um processo que se estabelece pela própria definição do *corpus*”, evidenciando a importância dessa

construção para o desenvolvimento da análise e para a compreensão do funcionamento discursivo. Nesse caso, o arquivo funciona como a base a partir da qual o *corpus* é extraído, e a manipulação, escolha e organização desses materiais especifica um passo interpretativo e teórico que orienta o percurso da análise.

Após a organização desse conjunto amplo e heterogêneo de materiais de análises, partimos para um outro momento, no qual estabelecemos o objeto direto de estudo, com o qual analisamos os efeitos de sentido e os mecanismos discursivos. Na análise de Discurso, além do arquivo, que é conjunto mais vasto e não necessariamente organizado da análise, temos o *corpus*, definido por Orlandi (2012) como uma construção que não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos.

Para autora, a delimitação do *corpus* não se preocupa com a completude do objeto enquanto material empírico, mas na sua relação com outros discursos, direcionando o foco da análise para uma extensão verticalizada, cujo processo reflete em consequências teóricas que não trata os ‘dados’ apenas como ilustrações, eles são considerados ‘fatos’ da linguagem, e como tal, refletem a memória, a espessura semântica e sua materialidade linguística discursiva. De igual modo, em nossas análises, a constituição do *corpus* nos levou a lidar com discursos que circulam para além das propagandas governamentais, alcançando outras esferas, como charges, entrevistas e paródias. Essa abordagem ampliou o alcance da pesquisa e possibilitou um estudo mais amplo quanto aos sentidos em circulação.

Desta forma, Orlandi considera que:

[...] a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstração, mas mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos. (Orlandi, 2012, p. 63).

Em nossa proposta inicial do projeto de pesquisa de Mestrado tínhamos como objetivo analisar 10 propagandas institucionais do Exame Nacional do Ensino Médio na última década, delimitando o período de 2011 a 2020. Esse recorte temporal foi escolhido por dois motivos, o primeiro porque compreende o momento em que o Exame deixou de ser uma prova apenas de caráter avaliativo, objetivo pelo qual foi criado em 1998 e também porque nesse intervalo de tempo, o Enem não só se consolidou como o maior exame ‘vestibular’ do país, como foi espaço de polêmicas e questionamentos sobre seu papel ‘democrático’ e se realmente era diferente de tudo que o país já tinha visto em

termos de processos seletivos. Esses questionamentos, embora sempre presentes, foram ainda mais evidentes em 2020 durante a pandemia de Covid-19.

Entretanto, as discussões, o contato com as disciplinas e a organização dos materiais do arquivo, abriram novas possibilidades de análises, com desdobramentos que, naquele momento, se mostraram mais viáveis para alcançar nosso objetivo. Nesse percurso, entre rotas e desvios, alguns materiais surgiram como essenciais, enquanto outros foram reservados para discussões futuras, por extrapolarem os limites do que aqui pretendemos dizer.

A organização dos materiais de análises ocorreu através da busca das propagandas nos *sites* oficiais do governo, como o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - (Inep)⁷, o Canal oficial do Ministério da Educação - (MEC), na plataforma YouTube⁸ e posteriormente optamos por outros espaços digitais, como a rede social *X* (antigo Twitter) e o *Instagram*. Assim, o arquivo foi organizado conforme as discussões emergiram, reunindo propagandas oficiais como: Prouni 2012⁹ e Enem de 2013¹⁰, 2014¹¹, 2015¹², 2017¹³ e 2020¹⁴, que embora sejam programas distintos, ambos integram um conjunto de políticas públicas educacionais que visam ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil. A relação entre os dois se estende pelo fato de o Enem ser utilizado como critério de seleção de diversas iniciativas, inclusive do Prouni. Sendo assim, a análise conjunta das propagandas nos possibilita observar as múltiplas estratégias empregadas pelo governo para alcançar diferentes públicos, possibilitando uma visão mais abrangente da comunicação governamental na educação.

Além disso, integrou o arquivo declarações oficiais, matriz de referência, sinopses de estatísticas, legislação básica, entrevista com a ex-presidente Dilma Rousseff¹⁵,

⁷ <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem> <acesso em: 12 de outubro de 2023>

⁸ https://www.youtube.com/@ministeriodaeducacao_MEC <acesso em: 13 de abril de 2023>

⁹ Propaganda Prouni 2012 https://youtu.be/uAXbNxDDhIo?si=PXwbcDoCPa3lYx_T <acesso em 10 de maio de 2023>

¹⁰ ENEM - Portas de Acesso <https://youtu.be/S2XEGovSBc?si=PtgEOCugH5JBzN-h> <acesso em 10 de maio de 2023>

¹¹ ENEM 2014 https://youtu.be/kFARkZt_IHQ?si=FzvNG0PMFluKdZuf <acesso em 10 de maio de 2023>

¹² ENEM 2015 <https://youtu.be/hH7DpjiwF9w?si=aNXYwmHygig-aA5s> <acesso em 10 de maio de 2023>

¹³ ENEM 2017 - Fase Provas <https://youtu.be/VOi7v9xMbQw?si=HHATdEzU2HDfgkPQ> <acesso em 10 de maio de 2023>

¹⁴ Enem 2020 | Inscrições - A vida não pode parar

<https://youtu.be/apufjiGIIY0?si=NlvJKmEWpMGYHRa1> <acesso em 10 de maio de 2023>

¹⁵ Enem é instrumento fundamental para abrir oportunidades para os jovens - Café com a presidenta -

entrevista concedida pelo ex-ministro Abraham Weintraub, entrevista concedida com ministro da Economia, charges de Nando Motta e uma paródia da propaganda de 2020, criada por Victória Pannunzio e disponível no *Instagram*.

Todas as propagandas utilizadas na pesquisa foram retiradas do canal oficial do Ministério da Educação, disponível na plataforma *YouTube*. A escolha das propagandas presentes exclusivamente nesta plataforma se deu tanto pela autenticidade do discurso institucional do material e porque está disponível através do canal oficial, como também pela facilidade de acesso especificamente por parte do público a quem esse material é direcionado, nesse caso, majoritariamente aos jovens que estão na fase de realizar o Exame.

Para a realização das análises, a delimitação do corpus desta dissertação ocorreu em etapas. Inicialmente, partimos da organização de um arquivo heterogêneo, constituído por materialidades que mantêm relações discursivas entre si, manifestadas por meio de (res) significações, tensões e contradições. Essas relações evidenciam a disputa de sentidos no campo simbólico, seja para legitimar ideologias, seja para problematizá-las.

Após a etapa inicial, delimitamos o *corpus* da pesquisa, composto por 23 materialidades significantes (MS), sendo 13 linguísticas e 10 imagéticas. Essa noção de ‘Materialidade Significante’, proposta por Lagazzi (2007), foi adotada pois abrange o funcionamento das materialidades verbais quanto das não verbais, extraídas de propagandas oficiais do Enem e do Prouni, bem como de outros elementos discursivos, como charges, paródias e entrevistas, essenciais para a construção de sentidos.

Entre as materialidades analisadas, destacamos a propaganda do Enem 2013, da qual foram extraídas quatro materialidades significantes, três imagéticas e uma verbal. A propaganda de 2014, cuja construção oscila entre imagens de portas e gráficos, retiramos duas materialidades, uma linguística e uma imagética. Já na propaganda do Enem 2015, extraímos duas materialidades significantes. No caso do Prouni 2012, analisamos três materialidades. Enquanto na propaganda de 2017, que se diferencia por trazer estudantes em ambientes cotidianos, analisamos duas materialidades significantes imagéticas.

A última propaganda analisada foi a campanha “A Vida não pode parar”, do Enem 2020, na qual organizamos seis materialidades, sendo três imagéticas e três verbais. Para complementar a análise, também incluímos duas charges de Nando Motta, a paródia de Vic Pannunzio e a entrevista de Abraham Weintraub. Além dessas propagandas, também

analisamos a entrevista concedida pela então ex- presidente Dilma Rousseff ao programa *Café com a Presidente*¹⁶, ampliando a diversidade das materialidades analisadas.

¹⁶ Enem é instrumento fundamental para abrir oportunidades para os jovens - Café com a presidenta - <https://youtu.be/QUrJOT83ZZk?si=ntFLJnMNkMof6PmR> acesso em: <12 de jul. De 2024>

4. GESTOS DE ANÁLISE

Os sentidos não se projetam apenas em palavras ou enunciados, mas se estendem às múltiplas materialidades discursivas, para além da formulação verbal. Conforme aponta Lagazzi (2021), durante o gesto analítico, é necessário direcionar o olhar para a (des) construção dos sentidos em diferentes movimentos e materialidades, e por esses rastros, (des) construir significados.

Tomando então como base a noção de “materialidade significativa”, proposta por Lagazzi (2015), entendemos que essa noção consegue abarcar tanto os elementos verbais quanto os não verbais, que em conjunto, contribuem na construção dos sentidos nos arquivos em análise. Assim, a análise não se limita apenas ao conteúdo verbal da mensagem, mas se expande para as imagens, sons e outros elementos.

Conforme a autora, a materialidade significativa trabalha ao mesmo tempo, a perspectiva materialista e o trabalho simbólico sobre o significativo. Sendo assim, ao tratar das formulações imagéticas, recorreremos às discussões de Lagazzi, (2021, p. 5901), ao afirmar que é: “nos diferentes trajetos do olhar, [que] a potência da imagem demanda, na alteridade dos sentidos, o que sempre pode ser visto por entre as brechas, em meio aos rituais falhos. ”

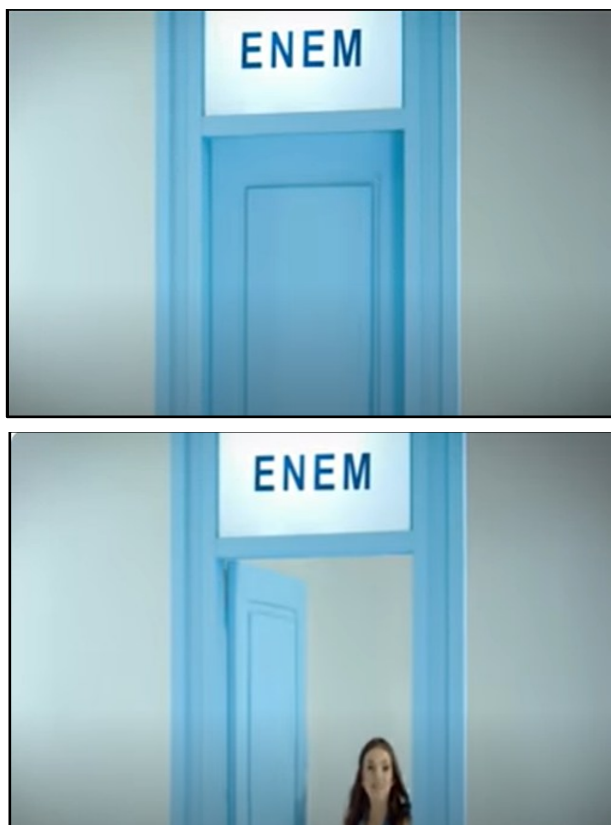
Assim, neste capítulo, propomos uma análise que considera as diversas materialidades significantes, explorando como elas se articulam para produzir sentidos e como essas articulações nos ajudam a compreender as estratégias discursivas presentes nas propagandas oficiais.

4.1.A porta que leva a outras portas: o Enem como um caminho de oportunidades

Em 2013 foi ao ar a propaganda 'Portas de Entrada'. No início, temos em primeiro plano e contrastando com uma parede branca, uma porta azul com o nome 'ENEM' em letras grandes e bem visíveis. Diante do olhar do telespectador, a porta é aberta e por ela sai a atriz e cantora Manu Gavassi, um fenômeno entre o público jovem brasileiro.

A letra do jingle utilizado na propaganda harmoniza-se com a sequência de imagens e ao abrir a porta, o trecho diz: "Tô bem, tô zen, entrei pra faculdade com o Enem.

Imagem 3: MS01 - O abrir das portas

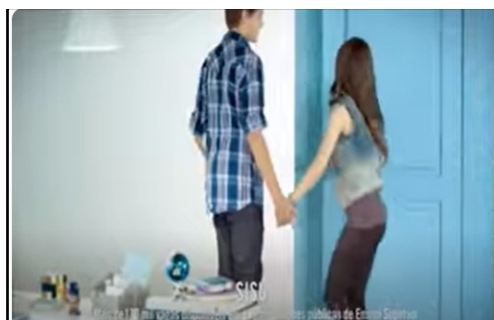


Fonte: Portas de Acesso/ Enem (2013)

Ao passar pela porta escrita ENEM, Manu encontra-se com jovens, que no contexto da propaganda lidam com dificuldades que os impedem de entrar para a universidade. Ao se encontrar com esses jovens, a atriz os conduz a portas que fazem referência aos principais programas Federais utilizados para entrar na universidade.

O movimento das seqüências de imagens, ao abrir a primeira porta, com o nome SISU sugere que os grandes desafios já são amenizados, uma vez que os programas federais representam a solução para qualquer desafio que possa surgir, seja a falta de ‘grana’ ou falta de oportunidades.

Imagem 4: MS02 - Portas que leva a outras portas



Fonte: Portas de Acesso/ Enem (2013)

O ano que a propaganda foi ao ar diz respeito ao recorte temporal em que se insere no primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, marcado por um intenso movimento de promoção do incentivo à educação, divulgação de programas federais e a defesa da construção de uma educação mais justa e democrática, lema defendido posteriormente no *slogan* “Brasil, Pátria educadora”.

A propaganda em questão, além de promover os principais programas Federais em 2013, também destaca a pluralidade através dos atores que interpretam as cenas.

Estrategicamente esses atores representam as diferentes realidades dos jovens brasileiros: negros, brancos, pardos, ruivos, que sonham com a universidade e que independente dos desafios que os cercam, são motivados a ver na educação uma oportunidade de vida melhor. Os programas federais representados, portanto, vem como uma reafirmação do compromisso do governo Federal de subsidiar recursos, “patrocinar” sonhos para que esses jovens cheguem até eles.

Mas voltando o olhar para as portas e como já discutimos anteriormente, os sentidos não estão presos às palavras, ao passo que a capacidade de transitar nas diferentes regiões discursivas fazem com que seus sentidos sejam atualizados na/pela situação discursiva, ou seja, “os elementos de uma sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados de uma sequência pertencente a uma formação discursiva para uma outra formação discursiva.” (Pêcheux, 2011, p.158). Esse movimento de importação de termos de uma formação para outra pode falar do mesmo objeto, mas sem que digam a mesma coisa sobre este objeto.

Partindo desse pensamento, tomamos como base em Lagazzi (2015 p. 183), ao parafrasear Pêcheux e estender o pensamento às formulações visuais, afirma que assim como nos enunciados, os deslizamentos e derivas ocorre sobre a imagem e toda “descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da [materialidade significativa] e [toda formulação] é suscetível de tornar-se outra, diferente de si mesma, e deslocar seu sentido para derivar para um outro”. Sendo assim, em uma formação discursiva arquitetônica, o sentido de ‘porta’ está ligado ao *design* e à funcionalidade dos espaços construídos, ou seja, ela a descreve de maneira objetiva e utilitária, com definições precisas e cotidianas. Portanto, o sentido de porta seria de uma estrutura que serve para abrir e fechar uma passagem, isto é, uma descrição física e concreta que faz parte de um conjunto maior, com implicações para o uso no espaço, como a circulação de pessoas, a segurança e a integração de ambientes.

Na propaganda do Enem, o sentido de ‘porta’ é deslizado e ela passa a significar as oportunidades que a educação pode proporcionar ao estudante, tanto no acesso à universidade quanto na entrada no mercado de trabalho. A porta, aqui, simboliza tanto um obstáculo quanto uma possibilidade, inicialmente, pode restringir ou bloquear a passagem, impedindo que todos tenham acesso, mas, ao ser aberta, permite que o indivíduo saia de onde está e explore novos territórios, trilhe novos caminhos e alcance horizontes desconhecidos, além de marcar o lugar de quem está dentro e de quem está

fora, de quem é, ou foi impedido de entrar e ocupar determinados espaços.

Esse processo de deslocamento de sentidos ocorre através de um processo metafórico, definido por Pêcheux (1969 [1997] p. 96) como um “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”, ou melhor, ocorre um deslizamento de sentido entre o concreto e o abstrato. As portas, no sentido literal, representam uma barreira que pode ser aberta ou fechada. Porém, no contexto da publicidade do Enem, deslizam seu sentido para o campo do simbólico, sugerindo a ideia de um futuro a ser conquistado. Assim, embora o termo ‘porta’ mantenha uma referência estável à ideia de passagem ou transição, seu sentido é modificado conforme a formação discursiva em que está inserido.

Após a condução de todos os jovens as suas devidas portas, temos o último *take* da propaganda, em que todos saem, cada um de sua porta, no entanto, saem juntos e se abraçam ao mesmo tempo, com a cantora. As portas abertas possibilitam ver todos os jovens, um ao lado do outro, estabelecendo uma relação de significação que articula os valores de equidade e igualdade de oportunidades que os programas federais de educação e o governo de Dilma Rousseff promoveriam nesse lugar comum.

Segundo Vinhas (2021, p. 154), as imagens fazem parte de uma cultura visual, ou seja, um repertório coletivo de representações que estruturam nossa percepção e interpretação do mundo.

“Toda imagem se inscreve em uma cultura visual e essa cultura visual supõe a existência para o indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens onde toda imagem tem um eco. Existe um “sempre-já” da imagem” (COURTINE, 2013, p. 43). A memória das imagens existe em relação de sobredeterminação com outras imagens produzidas anteriormente, dependentes do funcionamento das condições de produção do discurso e do complexo com dominante das formações discursivas.

Nesse sentido, a autora sugere baseada em Courtine (2013), que “toda imagem tem um eco” e que, ao vermos uma nova imagem, ela evoca sentidos já sedimentados em nossa memória visual, criando uma continuidade histórica na forma como os significados são construídos.

Ao voltar o nosso olhar para as imagens, tomamos a posição de todos os corpos apoiados nas portas. As portas, nesse caso, representam a entrada na universidade por meio dos programas federais. No entanto, ao serem colocadas uma ao lado da outra e com todos os jovens saindo ao mesmo tempo, resgata, por meio da memória sedimentada, os

competidores “na mesma linha de largada”, evocando sentidos de que, a partir do Enem, “todos partem da mesma posição”. Assim, sugere-se que, assim como em uma corrida, todos têm a mesma chance, reforçando a ideia de que, no Enem, há uma suposta igualdade de oportunidades para o sucesso.

Imagem 5: MS03 – Igualdade no acesso



Fonte: Portas de Acesso/ Enem (2013)¹⁷

Em suma, a metáfora das portas e da corrida projeta sentidos de equidade e emerge como uma estratégia discursiva para construir uma imagem do governo como promotor da justiça social e de oportunidades iguais para todos, reforçando a legitimidade das políticas educacionais e da gestão de Dilma Rousseff.

Continuando, o último enunciado do jingle diz:

‘MS04- *Com o Sisu, Prouni, Fies e Ciência sem Fronteiras, Sisutec e o Sistema de Cotas. O governo federal democratizou o acesso à educação no Brasil. [...] Você de bem com o seu futuro.*

¹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=S2XEGOvpSBc>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Considerando materialidade significativa MS04, temos um locutor que não se mostra responsável pela enunciação, entretanto, se dirige a um Tu/Você, ao fazer uma declaração sobre uma terceira pessoa, o governo Federal, apresentando-o como agente responsável por implementar políticas públicas que democratizaram o acesso à educação, embora seja uma declaração sobre si mesmo. Essa estratégia cria um efeito de exterioridade ilusória, ao apresenta-se enquanto terceira pessoa: *“O governo federal democratizou o acesso à educação no Brasil. [...] Você de bem com o seu futuro.”* Embora o governo seja responsável por assinar a propaganda, apresenta-se como um agente externo e imparcial, mesmo sendo o responsável direto pelas ações mencionadas.

Esse gesto associa-se a promoção de uma legitimação política, onde o locutor, embora implícito, é responsável por construir um discurso de autoridade e confiabilidade, a partir de uma estratégia de enunciação de autopromoção aparentemente neutra, uma vez que não faz uma declaração explícita de mérito (nós democratizamos). O governo, nesse caso, ao ocupar um lugar discursivo privilegiado, autorizado institucionalmente a enunciar sobre suas ações, não apenas legitima sua fala, mas também reforça o seu papel de agente responsável por implementar políticas públicas que democratizaram o acesso à educação e autodeclara provedor de justiça social e de oportunidades.

Assim como em 2013, em 2014 temos a mesma porta azul com as letras grandes, escrito ENEM. O jingle que acompanha a propaganda também fala de portas que estarão abertas. Novamente temos a referência do Enem enquanto a porta aberta que conduz a outras portas.

Imagem 6: (MS05) Portas em 2013 e 2014



Fonte: Portas de Acesso/ Enem (2013)¹⁸

O uso contínuo dessa metáfora reforça uma naturalização discursiva e uma regularidade marcante. Nesse caso, a repetição dessas imagens nas propagandas de

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=S2XEGOvpSBc> Acesso em: 10 jul. 2023.

diferentes anos mantém o sentido de transição e acesso às oportunidades e reafirmam o objetivo da análise, ao identificar regularidades discursivas presentes nas propagandas oficiais. Nas duas imagens acima, retiradas das propagandas, as portas iniciam-se trancadas e logo após ela são abertas, liberando a passagem. Esse gesto projeta o posicionamento do Estado em relação à prova como um instrumento democratizante do ensino superior, e como o governo vigente na época contribui para essa democratização, como o governo foi responsável por desobstruir a passagem. Entretanto, embora o Enem fosse considerado essa porta de entrada para o ensino superior, para muitos ela permanecia fechada, porque ainda que os estudantes realizassem a prova, isso não garantiria a entrada nas universidades.

Segundo o relatório da IV Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)¹⁹, realizada em 2014. No ano de 2010, o número de graduandos segundo cor ou raça era de 53,94% para estudantes brancos e 40,80% para estudantes pretos e pardos. Por outro lado, em 2014, dois anos após a implementação da Lei de Cotas, também conhecida como Lei n.º 12.711/2012, de agosto de 2012, o número de estudantes brancos era de 45,67%, enquanto os estudantes pretos e pardos somavam 47,57% do total. Os números revelam que, embora o Enem tenha desempenhado um papel importante no acesso ao ensino superior, ele, por si só, seria incapaz de alcançar tal impacto. Esses dados refletem como as políticas públicas em vigor contribuíram significativamente para ampliar o acesso às camadas populares.

Para a presidente Dilma Rousseff em entrevista concedida ao Café com a presidenta, que foi ao ar em 12 de dezembro de 2014²⁰, o Enem e os programas Federais representariam um passo importante para a democratização do ensino superior e estaria substituindo o ‘velho vestibular.’ “[...] *Tanto as Universidades públicas, quanto os institutos federais participam do Sisu, O Sistema de Seleção Unificada, que está substituindo o velho vestibular, que tanto angustiava os jovens e seus pais.* ” Temos um

¹⁹ A pesquisa foi realizada em 2014 e conduzida pelo Centro de Pesquisas Econômico-Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (Cepes/UFU) De acordo com o relatório, Em 2010, o número de estudantes brancos era de 353.871 de um total de 656.167, enquanto o número de estudantes pretos era de 57.218 e pardas era de 210.498. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>

²⁰ Entrevista da Presidenta Dilma Rousseff ao Café com a Presidenta - Disponível em: https://youtu.be/QUrJOT83ZZk?si=KuG8Kj3F3nMB_ps2

‘novo’ vestibular que nega o ‘velho’, projetando -se como uma ruptura com o tradicional e como um processo de seleção mais ‘democrático que valoriza o esforço de cada um [dos estudantes que querem estudar]’.

MS06- [...] O Enem, Luciano, é importantíssimo para todos os jovens brasileiros que já concluíram ou estão concluindo o ensino médio. *Ele abre de forma democrática e baseado no mérito do Estudantes, muitas portas de acesso* ao ensino técnico e ao ensino superior. *O Sistema de Seleção Unificada, que está substituindo o velho vestibular, que tanto angustiava os jovens e seus pais.* [...] *Sempre digo, Luciano, que quem estuda constrói o caminho do conhecimento e isso é bom para o jovem e estratégico para o país.* Por tudo isso eu digo com muita tranquilidade que *o Enem é um instrumento fundamental para abrir oportunidades para todos os jovens, democratizando o seu acesso à educação e valorizando o esforço de cada uma das pessoas que querem estudar.* [...] (Rousseff, 2014)

A presidente Dilma Rousseff fala como representante máxima do Estado brasileiro, o que lhes confere autoridade e legitimidade. Ela fala em nome do governo, assim como a propaganda analisada anteriormente, e isso torna os seus enunciados ideologicamente carregados. Ao dizer que o Enem é ‘democrático e baseado no mérito dos estudantes’, temos uma contradição, se é democrático, por que é baseado no mérito de cada um? A presidente também menciona que ‘quem estuda constrói um caminho do conhecimento’ e isso é ‘estratégico para o país’. É estratégico por quê?

MS06- [...] *Sempre digo, Luciano, que quem estuda constrói o caminho do conhecimento e isso é bom para o jovem e estratégico para o país. Por tudo isso eu digo com muita tranquilidade que o Enem é um instrumento fundamental para abrir oportunidades para todos os jovens, democratizando o seu acesso à educação e valorizando o esforço de cada uma das pessoas que querem estudar.* (Rousseff, 2014)

A palavra ‘democratizando’ evoca um sentido de abertura e igualdade de oportunidades, sugerindo uma ideia de coletividade, reafirmado pelo ‘para todos os jovens’. Esse ‘Para todos’ da fala da presidente nos faz retomar no interdiscurso e na memória discursiva, a formulação “*Todos são iguais perante a Lei*”, expresso no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, tendo como pré-construído a ideia de que historicamente nem todos os homens foram tratados de maneira igualitária.

De acordo com Zoppi - Fontana (2005, p.12) “o texto legal aponta, pela falta, a um outro discurso, exterior à circularidade do arquivo jurídico, mas presente na memória discursiva como espaço do confronto”. Ou seja, há uma falta, e é essa falta que possibilita o equívoco. Assim como na lei, que por meio de um movimento parafrástico projeta os pré-construídos que sinalizam para uma história marcada por desigualdades e exclusões.

O discurso de igualdade no Enem é repleto de contradições, pois as diferenças reais e históricas entre os indivíduos são excluídas nesses discursos, embora permaneçam evidentes na realidade. Manifestadas sob a forma de falta de estrutura, na baixa qualidade do ensino, na ausência de suporte financeiro e em consideravelmente outros desafios enfrentados por estudantes de diferentes contextos sociais.

Para Lagazzi (1987) a formação ideológica jurídica e a ideia de que todos somos iguais perante a lei nos leva a acreditar na previsão de uma justiça igualitária, no entanto, ao procurar por uma igualdade homogênea, ignoram-se as diferenças e particularidades de cada indivíduo. Desta forma, se considerarmos a história da educação em nosso país e as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira, o caminho mais justo para pensar a democratização do ensino superior é reconhecer que as condições históricas e sociais de cada indivíduo variam significativamente, exigindo medidas que se adequem às vulnerabilidades dos estudantes, afinal é impossível pensar em uma educação justa e democrática quando se ignora as desigualdades existentes.

Sendo assim, a forma mais justa de pensar a educação é através da equidade, pois diferente da igualdade, que ignora as disparidades entre os indivíduos, a equidade leva em consideração os diferentes caminhos, as diferentes histórias e os desafios reais enfrentados pelos estudantes. Na prática, a eficácia desse modelo pode ser observada a partir da implementação das políticas de acesso, como o sistema de cotas, que representa um marco na história da educação brasileira e uma ruptura com a história de lutas por espaços que por muito tempo foram negados e de sonhos que foram negligenciados. É impossível ignorar os resultados positivos do Enem, mas devemos reconhecer que, sozinho, ele mantém as lógicas dos velhos vestibulares.

No entanto, apesar do contexto de desigualdade estrutural no qual o Brasil é sedimentado, podemos acreditar em um futuro mais justo, afinal, “A universidade caminha na direção de espelhar a composição social do país[...] a universidade veste-se de povo”. (Fonaprace, 2014. p. XII)

Além da retomada das portas na propaganda de 2014, como regularidade já discutida, ela é construída também de gráficos e com a presença dos cantores Mumuzinho e Mariana Nolasco, jovens cantores conhecidos na *internet* e fenômeno entre o público jovem brasileiro. Os dois entram pelas portas e atrás delas temos os gráficos que abordam o número de estudantes inscritos nos programas federais até o ano de 2014, atestando a efetividade dos programas e o número crescente de inscrições.

O jingle cantado pelo dois diz: **MS07**: “*Todo mundo precisa de oportunidades,*

de fazer um curso técnico, uma faculdade. O caminho existe basta ter vontade. Ter uma vida feliz com qualidade.

Imagem 7: (MS08) Portas coloridas e dados de acesso dos programas federais

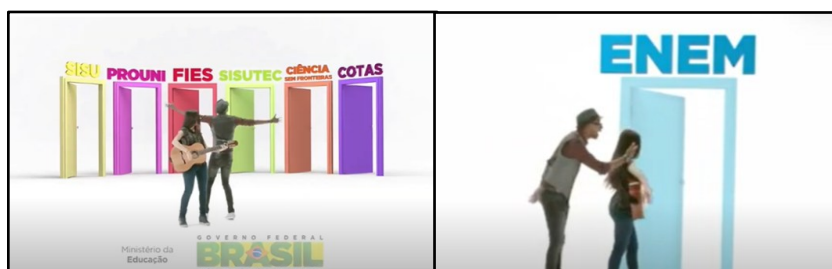


Fonte: Enem (2014)

No último take da propaganda temos os dois cantores em frente a uma sequência de portas. Diferente da propaganda de 2013, a propaganda de 2014 não traz outros jovens, apenas os dois cantores frente a portas coloridas (a porta azul é apenas uma delas), temos

agora sete portas coloridas com o nome dos programas federais.

Imagem 8: Portas



Fonte: Enem (2014)

Ao retomarmos o pensamento de Vinhas (2013) sobre os ecos das imagens, percebemos uma atualização das formulações visuais em relação a um já-dito. Considerando que as formulações visuais estão sujeitas ao equívoco e abrem espaço para múltiplas interpretações, podemos estabelecer uma relação entre o conjunto das portas coloridas, organizadas em sete tonalidades distintas, à memória do arco-íris, também composto pela união de sete cores (vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, anil e violeta).

O arco-íris é frequentemente utilizado como um símbolo de liberdade e celebração da diversidade. Embora cada cor tenha suas particularidades, juntas formam um conjunto harmonioso que nos remete à ideia de que há espaço para todos. Nesse sentido, mesmo com suas variações, o conjunto das portas evoca essa ideia de pluralidade e inclusão. Essa construção sugere que o Enem, tal como o arco-íris, oferece múltiplos caminhos e oportunidades para diferentes trajetórias, destacando-se como um espaço de possibilidades.

Assim, as sete cores apresentadas na propaganda projetam, por meio da memória visual, sentidos já estabilizados que remetem ao arco-íris, representando a educação como um lugar acessível a todos, independentemente de sua origem, sua cor, identidade de gênero ou orientação sexual. A memória discursiva é fortalecida ao associar a multiplicidade de portas e os gráficos à ideia de que as políticas educacionais estão resultando em um aumento significativo de inscrições, reafirmando a narrativa de sucesso e inclusão. Assim, as portas utilizadas na propaganda do Enem 2014 não são apenas um recurso estético, mas um elemento importante na construção de um discurso que celebra diversidade no ambiente acadêmico e a importância dos programas federais como fator decisivo para a entrada das camadas populares na universidade, bem como a promessa de

um futuro com mais igualdade e equidade, afirmação essa materializada na sequência discursiva abaixo.

MS09 - *“Todo mundo precisa de oportunidades[...] O caminho existe basta ter vontade.*

O pré - construído do enunciado “Todo mundo precisa de oportunidades” é “Alguns não tinham/tem oportunidades”. Por meio de um movimento parafrástico, os sentidos podem deslizar para: “Não tinha oportunidades, mas agora tem”. É pelo efeito do pré – construído, ou seja, da memória discursiva em concomitância com os outros discursos, que podemos observar a atualização dos sentidos. Assim, a paráfrase “Nem todos tinham oportunidades deslizou para “Agora tem, porque governo possibilitou”, projetando um movimento discursivo que se conecta a memória de um passado marcado por desigualdades no acesso à educação. Nesse contexto, fatores como classe social, raça e localização geográfica eram determinantes para definir quem tinha a chance de estudar. Essa atualização discursiva reflete um esforço em reinscrever na memória coletiva a ideia de que políticas públicas, como o Enem, têm revertido um histórico de exclusões.

Ao olhar para a história, em uma pesquisa divulgada pelo caderno de Pesquisas, uma revista científica da Fundação Carlos Chagas (FCC), Fúlvia Rosemberg analisa os dados do PNAD 82 e sugere que:

Para todas as séries do 1º grau, o alunado negro apresenta índices de exclusão e de repetência superior ao do alunado branco: enquanto 59,4% das crianças negras frequentando a 1ª série do 1º grau conseguiram ser aprovadas no final do ano, esta proporção sobe para 71,4% entre as crianças brancas. Porém, as crianças negras não só tendem a repetir de ano com maior frequência que as brancas, como também são excluídas mais cedo do sistema de ensino. A passagem da 3ª para a 4ª série do 1º grau parece determinar o destino escolar das crianças negras: uma em cada dez crianças negras que frequentavam a 3ª série em 1981 deixa de frequentar a escolar em 1982; entre as crianças brancas a proporção é de uma para vinte (Rosemberg, 1987, p. 19).

O que temos é uma memória de exclusão marcada por um passado de discriminação racial e falta de acesso à educação, sobretudo para estudantes negros no Brasil, resquícios que se mantêm nas barreiras sociais e econômicas. Nesse caso, as propagandas carregam consigo a memória de um passado em que a educação brasileira se concentrava entre poucos, ao mesmo tempo em que carrega um discurso de mudança, no qual as ações governamentais (como o Enem e os programas federais de acesso ao ensino superior) prometem um futuro melhor e livre, com mais igualdade e equidade.

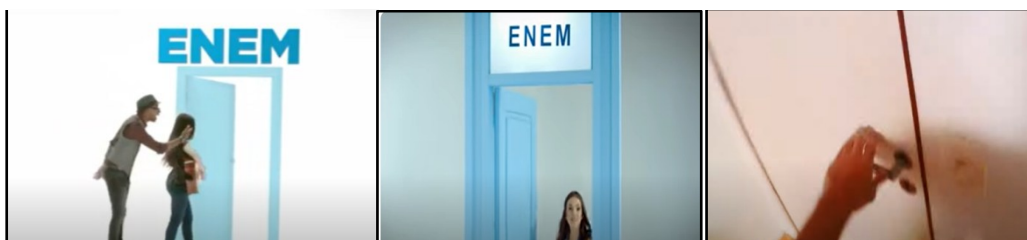
A partir das análises das propagandas de 2013 e 2014, compreendemos a porta

como uma regularidade discursiva presente na publicidade do Enem, isso sugere que, em um campo discursivo certos elementos se estabilizam e se tornam reconhecíveis, contribuindo para a construção de sentidos dentro do discurso. Embora cada uma tenha nuances e enfoques próprios, essas regularidades ajudam a construir uma narrativa discursiva sobre o Enem e seu papel na ‘democratização’ da educação no Brasil.

Observemos, agora, a propaganda de 2015 que tem como título “*Enem, um caminho de oportunidades*”. Além de porta, como já vimos até aqui, é atrelado mais uma noção, a de caminhos de oportunidades. Na imediatricidade do dizer, a palavra caminho significa passagem que serve de ligação entre dois lugares por onde alguém pode seguir. Em nosso gesto de análise o sentido de caminho também tem em si a ideia de percurso, trilha e espaço por onde se deve passar para chegar ao destino.

Retomemos a análise anterior, em que as portas são abertas. Em 2015, temos o mesmo movimento de abertura.

Imagem 9: Abertura das Portas – Enem 2013, 2014 e 2015



Fonte: Enem (2014, 2013 e 2015)

De início, a propaganda parte do ponto de vista de um jovem, que pula da cama, pega seu material escolar e segue. Uma porta se abre e após isso, a propaganda se desenrola em uma sucessão de imagens de diferentes caminhos e rotas. O foco não é, mas as portas e sim a possibilidade dos diferentes caminhos que essa porta dá acesso.

Imagem 10: Porta aberta em 2015



Fonte: Enem (2015)

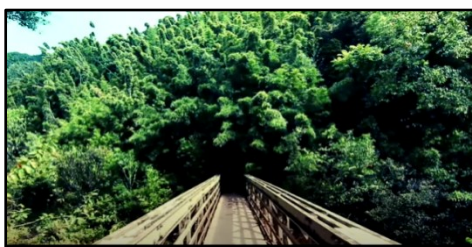
O texto da propaganda diz:

MS10 - A Educação é um caminho cheio de oportunidades, só ela pode te levar mais longe... E o Enem abre as portas para esse caminho, abre as portas para você avançar. Só a educação faz você ganhar o mundo... E o mais importante, faz o mundo ganhar você A construção do seu futuro começa já!

Ao contrário das propagandas de 2013 e 2014 que se concentram apenas na extensão de oportunidades, a de 2015 arrasta-se para um lugar no futuro. A propaganda sugere que *‘o Enem abre as portas para esse caminho, abre as portas para você avançar’*. Nessa direção, tomamos através dos processos parafrásticos que o abrir da porta na propaganda de 2015 projeta sentidos de continuidade e evolução na vida dos estudantes, como “O Enem te leva às novas possibilidades e ao avanço na sua trajetória”. A educação nessa perspectiva não é apenas um ato de abertura ou um ponto de entrada, é uma jornada.

Esse movimento de deslocamento da metáfora de ‘porta’ para ‘caminho’ não apenas altera a forma de representação visual e simbólica do Enem, mas também muda o foco do agente e a relação de responsabilidade entre governo e estudante no discurso das propagandas oficiais. Nas propagandas de 2013 e 2014, a metáfora da ‘porta’ atribui a responsabilidade principal ao governo. O governo é quem ‘abre a porta’ para os estudantes, é quem permite a travessia, sendo o principal responsável por transformar a realidade educacional e incluir mais jovens no sistema, sendo o agente facilitador das oportunidades. Por outro lado, na metáfora do ‘caminho’, o papel do governo como facilitador é deslocado e o foco principal recai sobre o estudante. A porta já foi aberta, ou seja, as oportunidades já foram criadas, mas agora cabe ao estudante a ação, o esforço e a decisão. Os caminhos simbolizam as escolhas e trajetórias que o estudante precisa trilhar por conta própria. O governo pode ter criado o ambiente e as condições, mas cabe ao estudante tomar a iniciativa de seguir em frente, enfrentar os desafios e persistir até alcançar seus objetivos.

Como citado anteriormente, a propaganda é construída a partir da junção de imagens de caminhos e rotas como: pontes, estradas, túneis, tobogã, escorregadores e tantos outros, vistos pela perspectiva do estudante, com o jogo de câmeras posicionados sempre de frente para os caminhos, como se ele próprio estivesse percorrendo o trajeto e como se o espectador fosse o próprio estudante, criando um efeito de imersão.

Imagem 11: Caminhos

Fonte: ENEM 2015

Segundo Pêcheux (1997 [1969] p.82) nos processos discursivos “funcionam uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” Na propaganda, essas formações imaginárias são imprescindíveis para a construção do discurso publicitário.

O estudante, designado pelo lugar (B) se imagina como protagonista de sua jornada, enquanto a propaganda o posiciona nessa narrativa como o responsável pelo seu sucesso. O Ministério da Educação, designado pelo lugar de (A), é uma figura de orientação, mas sem assumir um papel central no protagonismo da ação. O uso do jogo estratégico das câmeras, convida o espectador a ocupar o lugar de “B”, ou seja, para que

ele se encontre também como aquele que percorre o caminho, que toma as decisões. Sendo assim, a propaganda constrói o estudante não apenas como um receptor passivo, mas como um agente ativo, reforçando a ideia de que cada indivíduo traça seu próprio caminho.

A propaganda, portanto, projeta sentidos de que o estudante deve se ver como protagonista, assumindo a responsabilidade de seu futuro. Aqui, o discurso educacional é construído sobre essas formações imaginárias, onde o MEC oferece suporte, mas o verdadeiro poder de ação está nas mãos do estudante.

Imagem 12: Diferentes Rotas



Fonte: Enem (2015)

Nas três imagens acima temos uma posição de câmera atrás de pessoas. Em todas as imagens, a câmera e os personagens estão em movimento, caminhando ou subindo. Esse movimento constante representa o progresso e a continuidade. Ao colocar a câmera atrás, o discurso publicitário sugere que o espectador também está em uma jornada similar, implicando que a educação é um processo em desenvolvimento, em que sempre há mais a avançar.

Ao final da propaganda temos a imagem de uma estrada de asfalto reta, acompanhada do texto de narração que diz: ‘A construção do seu futuro começa já!’, encerrando-a de maneira impactante e significativa.

Imagem 13: De portas a caminhos



Fonte: Propaganda Enem 2015

A estrada de asfalto é frequentemente associada a direção, progresso e movimento contínuo. O uso do asfalto, em contraste com trilhas pedregosas, sugere que o futuro é construído com dificuldades, mas o sucesso é agradável. Ao utilizar a formulação “A

construção do seu futuro começa já! ” reforça a ideia de que a educação é um processo ativo e o uso do termo “construção” sugere que o futuro não é algo que acontece por acaso, mas resultado de esforços e escolhas feitas no presente.

4.2. Mobilidade Social como conquista individual

Metaforicamente, tudo que é escasso torna-se “extraordinário”. Todos os que por algum motivo quebram ciclos se tornam heróis em suas próprias histórias e tornam-se dignos das mais altas posições de honra. Ser extraordinário na escassez é também ocupar espaços até então protegidos e quase inalcançáveis. Desde muito cedo, aprendemos que as dificuldades antecedem as glórias e o triunfo mais valioso é aquele que se disputa com muita luta, fazer valer o ser digno dos seus próprios méritos. No entanto, até que ponto os desafios são parte do percurso ou limites que discretamente nos impedem de prosseguir?!

No ano de 2012, o Ministério da Educação divulgou a propaganda da chamada do Programa Universidade para Todos - (Prouni)²¹ que utiliza as notas do Enem para a concessão de bolsas em universidades privadas. A propaganda contém o testemunho de três jovens que contam sobre as dificuldades em suas vidas e como conseguiram a partir dos programas federais chegar às universidades.

Imagem 14: Mobilidade social como conquista individual – Rapaz 1



Fonte: Prouni (2012)

O primeiro rapaz passeia pelo corredor da instituição de ensino, ao mesmo tempo

²¹ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Ministério da Educação (MEC), sob o comando do Ministro Fernando Haddad, mediante a Lei nº 11.096/2005 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm> Acesso em: 27 de nov. de 2024.

em que narra as suas dificuldades ao longo de sua vida escolar, marcada pela evasão e seu retorno aos estudos após 14 anos.

MS11 - *Quando chegou no segundo grau, eu fiz o primeiro e o segundo ano, depois parei. Depois de quatorze anos parado, eu resolvi terminar o segundo grau. Aí entrei na internet para ver o que era esse tal de ProUni, e aí fiquei maravilhado com a oportunidade que eu não sabia que tinha, né?!*

Após pesquisar um pouco mais sobre os programas Federais, o estudante conseguiu uma bolsa do Prouni e cursou direito.

No segundo depoimento da propaganda, temos uma jovem negra que também fala sobre os desafios da vida e as possíveis oportunidades que se abriam a partir de então.

A jovem diz:

MS12 - *“A bolsa para mim, ali, é minha inserção no mercado de trabalho, é minha modificação de vida, é meu carro novo daqui a três anos. É a minha casa, é isso que eu tenho.”*

Imagem 15: Mobilidade social como conquista individual – Moça



Fonte: Prouni (2012)

Nas duas sequências discursivas acima, observamos a presença marcante do sujeito da enunciação, marcado pela primeira pessoa do singular e dos pronomes pessoais possessivos, projetando a ideia da posse e a busca por realizações de sonhos pessoais. Os pronomes, nesse caso, revitalizam e enfatizam o ‘eu’ como protagonista e projetam a educação como sinônimos de mobilidade social atrelado às conquistas individuais e do poder de compra, tudo isso como sinônimos de posses: minha casa e meu carro.

Pelos efeitos da memória discursiva podemos fazer um paralelo aos próprios programas instituídos pelo governo, como o programa “minha casa, minha vida” que visava promover a inclusão social através da garantia de acesso à habitação. Ao retomar essa memória, a propaganda resgata os sentidos de que assim como o “Minha Casa, Minha Vida” proporciona acesso à moradia digna, permitindo que as famílias construam uma casa estável, a bolsa é vista como um meio de transformação de vida. Nesse caso,

ambos atuam como mecanismos que visam melhorar a qualidade de vida de seus beneficiários.

O último depoimento é de um rapaz também negro que frequentava o prédio de uma grande empresa quando criança ao lado de sua mãe, uma senhora que trabalhava como faxineira, mas com a bolsa do Prouni formou-se em relações internacionais e voltou ao prédio como estagiário.

Imagem 16: Mobilidade social como conquista individual – Rapaz 2



Fonte: Prouni (2012)

MS13 - “Minha mãe fazia faxina nesse prédio, e aí a minha mãe me trouxe numa dessas faxinas, e aí depois eu voltei como estagiário. ”

Lagazzi (2021, p.5893) nos convida a “localizar o equívoco na formulação do recorte e trabalhar no entrecruzamento da formulação visual e da memória discursiva”. A autora propõe olhar o recorte e se perguntar: “O que faz estranhar nesse recorte? O que incomoda? ”

O que nos incomoda na **MS13**? Quais os efeitos de sentidos são produzidos por essa materialidade significativa? É somente conquistas que essas leituras sugerem ou existem outros sentidos se considerarmos a história e a ideologia? A educação por muito tempo foi um direito exclusivamente das classes dominantes na sociedade.

Foi somente a partir da década de 60, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o cenário foi se transformando, ainda que com todos os desafios que o país enfrentava durante esse momento. A promulgação da Lei se estabeleceu como o marco zero para pensar a universalização do ensino público e o favorecimento das camadas populares ao adentraram o sistema de ensino e sonhar com a promessa de mobilidade social e a esperança de se posicionar melhor na pirâmide social, tornando a escola como uma escada que permitiria a chegada até o sucesso.

De acordo com Pêcheux (1997, p. 166) todo processo discursivo se inscreve em uma relação ideológica de classes. Esse movimento de reprodução dessas relações é assegurado por “realidades complexas”, ou os chamados Aparelhos Ideológicos do Estado -AIE que asseguram a reprodução das condições para o funcionamento das

ideologias. Assim, o discurso é um campo ativo de disputa e tensão.

O último jovem, por exemplo, ganhou uma posição de destaque na propaganda do Prouni, não por ser um estagiário da empresa em que a mãe trabalhava, mas porque historicamente as pessoas negras, principalmente as pertencentes às camadas menos favorecidas socialmente, trabalhavam nos serviços informais. Nesse caso, o discurso projetado na publicidade do Prouni, ao mesmo tempo em que celebra essa história como uma vitória individual e uma demonstração de mobilidade social, apaga as relações de poder que perpetuam desigualdades históricas.

Ao acionar a memória, os dizeres fazem sentido, o estagiário, filho da faxineira não representava aquilo que se esperava de um jovem da sua cor, projetando uma ruptura simbólica com o lugar que historicamente foi reservado para pessoas negras e de classes populares. Discursos que parecem distantes, mas que resistem até os dias atuais. Como podemos observar na fala do ex-ministro da economia, Paulo Guedes, ao dizer:

Todo mundo indo para Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada, vai passear o Brasil. Tá cheio de coisa bonita [...] quis dar o exemplo, e antes que falem: o ministro diz que a empregada doméstica estava indo para a Disneylândia. Disse que o câmbio tava tão barato que todo mundo tava indo para Disneylândia, até as classes sociais.²²

A escolha da categoria “empregada doméstica” denota um olhar que inferioriza ou estigmatiza ocupações consideradas de menor importância. Essa memória discursiva está atrelada a um lugar historicamente marginalizado desse trabalho, majoritariamente exercido por mulheres negras no Brasil. Apesar de tentar se explicar com a explicação sobre o câmbio, o comentário inicial ainda pode ser visto como a manifestação de um discurso elitista. Mesmo ao afirmar que a declaração foi uma ilustração econômica, o ministro continua a projetar a ideia de que a presença de trabalhadores de classe baixa em espaços tradicionalmente associados à elite, como a Disney, é algo surpreendente. Uma herança deixada pelo colonialismo e que vive no discurso de superação, conforme discute Sueli Carneiro (2011).

É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e socialmente os recém-libertados a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualitariamente do gozo pleno dos direitos humanos. Uma das heranças da

²² <https://youtu.be/cAbcoBuErnI?si=QcO0FBg7cM6DzA9A> Acesso em: 10 jul. 2023.

escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais. Dessas ideias decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil. (Carneiro, 2011, p. 14 -15)

Ao destacar a exceção, a propaganda e a fala do ministro reafirmam o lugar social como uma norma, mostrando que é preciso um 'ato de superação' ou uma baixa no câmbio para sair desse lugar, sem questionar o porquê da maioria das pessoas negras ou menos favorecidas socialmente, continuarem ocupando esses espaços enquanto outros lhes são negados. Junto ao discurso de superação de um jovem negro que voltou à empresa que a mãe trabalhava como faxineira, aciona a memória de uma história de negação e exclusão a um determinado grupo de pessoas.

No discurso de superação do jovem se projetam sentidos de que a universidade pode ser para o filho de qualquer um que trabalha no prédio da empresa, mas o filho da faxineira é exceção. No contexto das relações de força e das lutas de classes, opera-se um mecanismo que se manifesta, ainda que nem sempre de forma explícita, determinando o tipo de lazer que a empregada doméstica deve frequentar e pode ser qualquer lugar no Brasil, só não pode ser na Disney. Determina que ao filho do diplomata caberia, no mínimo, tornar-se diplomata, enquanto ao filho da faxineira restaria, no máximo, seguir a mesma ocupação. A história do jovem negro que se destaca por superar as condições históricas de opressão racial e de classe, na verdade, é usada para legitimar uma narrativa meritocrática, que silencia a existência contínua de portas trancadas para a maioria.

4.3.O espaço e o urbano significando os sujeitos contraditórios

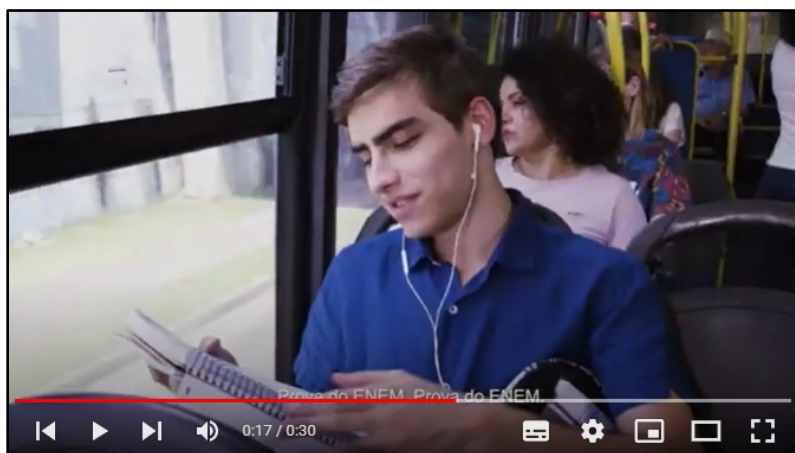
A propaganda de 2017 também é um jingle, de início a cantora aparece no estúdio e logo em seguida, são exibidos jovens estudando em diferentes locais como salas, parques, laboratórios, bibliotecas, ônibus e em cafés. Diferente das propagandas de 2013 e 2014, que o fundo era branco, a cidade aqui soma-se enquanto elementos discursivos que produzem sentidos e que contribuem para a construção de realidades simbólicas. A cidade, ao ser incluída nos cenários das propagandas de 2017, ganhou um papel que vai além de uma simples ambientação.

Conforme discutimos anteriormente, Zoppi-Fontana (2011, p. 181) entende a cidade como um “espaço simbólico de identificação/subjetivação”, ou seja, para a autora os espaços urbanos não são neutros, mas atravessados por discursos que delimitam

práticas sociais e políticas de inclusão/exclusão. A cidade, portanto, é um território de disputa simbólica, onde relações de poder e desigualdade são inscritas e reiteradas.

O ato de estudar nos remete a espaços fixos, silêncio e concentração. Assim sendo, estudar em um ônibus seria o extremo oposto de tudo isso, com constante movimentação e barulho. Entretanto, a propaganda de 2017 apresenta em um de seus *takes*, um recorte que reverbera serenidade e positividade.

Imagem 17: (MS14) Estudante no ônibus



Fonte: Enem 2017

Mas ao observarmos a imagem, somos levados a questionar, como aponta Lagazzi (2021, p.5893) “O que faz estranhar esse recorte? O que incomoda?” Por que alguém estudaria no ônibus?

A imagem não é distante do cotidiano de muitos brasileiros que utilizam diariamente o transporte público para se locomover nos grandes centros urbanos. No entanto, o ônibus, enquanto espaço público de deslocamento, inscreve no discurso uma realidade em que o estudo ocorre em meio a limitações estruturais, remetendo a um sujeito que precisa conciliar os estudos com as dificuldades impostas por seu contexto socioeconômico. Esse cenário reforça discursos meritocráticos que naturalizam a precariedade como um fator a ser superado pelo esforço individual.

O jovem feliz projeta sentidos de suavização das dificuldades, ou aquilo que também podemos chamar de romantização dessas dificuldades. Ao tomar a cidade como materialidade discursiva, na relação com a linguagem, um dos sentidos possíveis é o da submissão do jovem às suas próprias vulnerabilidades, sem que possa fugir delas, lhes resta apenas o lugar da aceitação e submissão. Nos incomoda o desconforto do banco do

ônibus, mas também o desconforto de não possuir tempo, silenciando as dificuldades existentes para aqueles que não têm o controle do seu próprio tempo.

Por mais que pareça uma cena digna de reconhecimento e esforço, ela suaviza as desigualdades sociais e educacionais existentes. A situação representada na propaganda, ainda que faça parte da realidade de muitos estudantes brasileiros, é envolta de fantasias, de forma glamorosa e heroica, silenciando todas as condições e sobrecargas que o estudante vivencia, o que leva a um processo de docilização de condições difíceis.

Além da romantização da dificuldade, a propaganda também evidencia as diferentes realidades dos estudantes que realizam a prova. Fica claro o abismo existente entre essas realidades e como elas podem impactar nos resultados finais, reafirmando o que alguns estudantes já se posicionam à frente de outros simplesmente por estarem em lugares socialmente privilegiado. Parece uma questão simples, mas uma pessoa que precisa estudar em um ônibus e outra que estuda em um café não estão em condições iguais de competir. Por mais que seja omitido, falar de meritocracia, nesse caso, é sancionar as desigualdades.

A equidade formal à qual obedece a todo sistema escolar é injusto de fato, é que, em toda sociedade onde se proclama ideias democráticas, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios. Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e os mais desfavorecidos, é necessário apenas que a escola ignore as desigualdades culturais dos estudantes de diferentes classes sociais. (Bourdieu, 2015, p. 59)

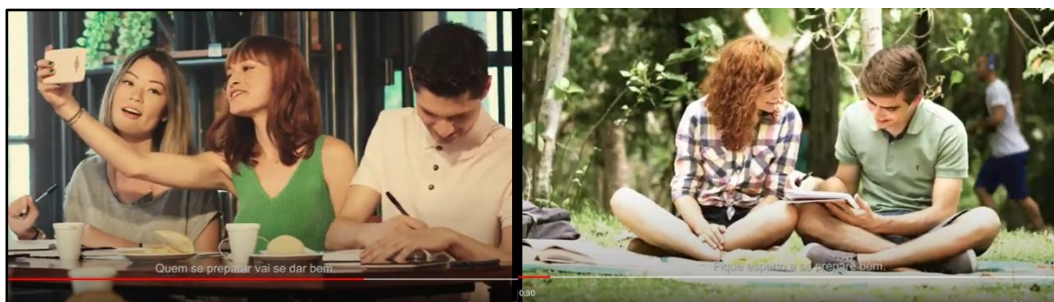
Ao ignorar as diferentes condições culturais e materiais dos estudantes, o sistema de ensino acaba por reproduzir as divisões de classes e, assim, reforçar as desigualdades sociais, em vez de combatê-las. Na mesma propaganda, enquanto um jovem estuda no ônibus, outros estão em locais como parques e cafés, com amigos, sem pressões e descontraídos, dedicando seu tempo apenas àquilo.

A exaltação das dificuldades e da autonomia projeta um discurso baseado na tese de que tudo é possível, independentemente das circunstâncias. Assim, conforme um dos nossos objetivos, podemos observar que tanto a construção linguística quanto a imagética contribuem para a produção de um sujeito interpelado por narrativas que enaltecem a superação como elemento essencial da conquista e naturalizam o sofrimento como parte do processo.

A cena do estudante no ônibus é apresentada como se fosse apenas mais uma maneira de se preparar para o Enem, no entanto, essa abordagem pode ser vista como

uma maneira de silenciar as condições reais de exclusão que muitos estudantes enfrentam. O fundo do ônibus, comparado aos fundos mais privilegiados como o café, é um exemplo de como a propaganda trata a desigualdade de maneira superficial, sem reconhecer que as condições materiais desses sujeitos impactam diretamente suas possibilidades de um possível sucesso.

Imagem 18: (MS15) Jovens estudando em ambientes fora das Instituições



Fonte: Enem 2017

A propaganda de 2017 também promove outros tipos de apagamento, como o da dimensão social, coletiva e histórica do papel institucional da educação, exibindo jovens felizes estudando sempre sozinhos ou em grupos.

As duas imagens acima são retiradas da mesma propaganda. Na segunda imagem, vemos um grupo de estudantes felizes em um café e em parques, ambientes confortáveis e descontraídos, tirando uma *selfie* ou interagindo com outros colegas. Ou seja, o papel institucional cede espaço à valorização da individualidade e à ideia do “eu” protagonista. Assim, como *selfie* substitui a fotografia convencional, na qual o sujeito é apenas capturado. Agora, o estudante se torna tanto fotógrafo quanto o foco da imagem. Esse ato de tirar a *selfie* reflete uma contradição, o sujeito é ao mesmo tempo, autor e objeto da imagem, senhor de sua própria história e limitado pelas coisas que não estão no seu domínio.

Como podemos observar, tanto na primeira como na segunda imagem há um apagamento da escola como espaço institucional de construção do saber. Esse funcionamento discursivo de apagamento que se dá por meio do silenciamento e se constitui na instância do dizer, produzindo efeitos ideológicos ou o que Pêcheux (2009) chamou processo de interpelação/identificação, ou seja, o sujeito que acredita ser responsável por suas escolhas, embora ele seja condicionado a isso, criando assim, um sujeito capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas (Orlandi, 2012,

p. 48). Esse movimento, promove o protagonismo do estudante, colocando as instituições como coadjuvante no processo de ensino aprendizagem.

Esse apagamento retira, portanto, a obrigação do Estado sobre esses estudantes, porque dissemina a ideia de que independente do lugar onde esteja é possível estudar, ou seja, o que de fato fará a diferença não será o espaço de estudo desse estudante, mas como ele usa o estudo ao seu favor. Ao passo que temos o estudante promovido a protagonista, temos um Estado se isentando da responsabilidade dos possíveis processos de exclusão, sendo assim, ao construir esse imaginário, a sociedade é convencida de que no Enem há processos de exclusão, ele apenas seleciona os melhores, ou seja, revela uma contradição pois ao mesmo tempo em que alguém é escolhido, outro é deixado a margem.

No plano linguístico, temos alguns enunciados retirados das propagandas e que destacam o protagonismo e a atitude que o estudante deverá ter.

MS16 - O governo federal democratizou o acesso à educação no Brasil. [...] **Você de bem com o seu futuro.** (ENEM, 2013)

O governo Federal democratizou a educação superior no Brasil, porque até determinado momento na história do nosso país, essa educação foi restrita à uma determinada parcela da população. Agora é só fazer a inscrição no Enem, todos têm acesso à educação superior, basta querer.

MS17 - **A construção do seu futuro começa já.** (ENEM, 2015)

A construção da sua carreira começa agora, é sua responsabilidade se preocupar com ela hoje.

Todos os enunciados possuem ordens claras e são direcionados a um público específico, alguém que precisa se preocupar com uma carreira de sucesso e que possivelmente estão começando a entender como funciona o mercado de trabalho. Outro detalhe observado é a forma marcada do interlocutor é linguisticamente individualizado a partir dos pronomes pessoais e demonstrativos, ‘*você*’ e ‘*seu*’. Um incentivo ao protagonismo desse interlocutor da propaganda, um público majoritariamente constituído por jovens estudantes que estão entrando no mercado de trabalho e sendo confrontados com um Estado na posição de autoridade que lhes cobra autonomia, protagonismo e competitividade, tal qual o homem idealizado pelos ideais neoliberalista, “autônomo competitivo, empreendedor, criativo e esforçado” (Barbosa, 2003, p. 26).

Esse discurso naturaliza, pela ação da ideologia, o que é produzido

historicamente, e reforça, pela transparência do sentido, que o sujeito protagonista é aquele que “realiza”, que “faz”, em contraponto com o sujeito coadjuvante “preguiçoso”, “medroso” a quem o mercado, pela noção de meritocracia e valor, tem um profundo desprezo porque sua “incapacidade” não serve às demandas incessantes das novas ordens do capitalismo. (Sobrinho, Araújo e Araújo p. 83, 84,)

Essas projeções que individualizam fazem com que o estudante tome para si, quem se questionar, a responsabilidade que lhes foi confiada assumindo todos os resultados possíveis, sem a consciência de que seus resultados estão muito mais ligados aos grupos sociais que pertencem, o lugar onde nasceram e a família que vieram, mas “são persuadidos de que o seu destino social é senão uma consequência da sua natureza individual e à sua falta de dons” (Bourdieu, 2015, p. 66).

4.4. “Adia Enem” e “A Vida não pode parar” - Enem 2020 e Contradiscursos

Com o avanço da pandemia do novo coronavírus no Brasil, entidades estudantis como a UNE - União Nacional dos Estudantes, a UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a ANPG - Associação Nacional dos Pós-graduandos e estudantes de todo país iniciaram uma luta na justiça e nas redes sociais, reivindicando a atualização do calendário e o adiamento da prova do Enem, uma vez que, o Brasil se encontrava em um momento difícil no enfrentamento do vírus.

Com o fechamento das escolas, aumento das taxas de COVID - 10, a insegurança sanitária, desigualdades digitais, pouca assistência do governo, falta de vacinas e uma série de outros problemas, os estudantes iniciaram, por meio das redes sociais, um movimento denominado *#adiaenem2020*. O objetivo era pressionar o governo a estabelecer medidas que evitasse prejuízos aos estudantes. Entretanto, o Ministério da Educação não atendeu às reivindicações e, no dia 4 de maio de 2020, lançou a propaganda *‘Enem 2020: A vida não pode parar’*, anunciando que as inscrições seriam realizadas de 11 a 22 de maio e a confirmando a prova seria realizada em novembro, independentemente da situação. Essa campanha funcionou como uma resposta direta aos movimentos estudantis.

Os movimentos nas redes sociais representaram a forma encontrada pelos jovens para fazer ecoar os seus direitos e se posicionarem contra o governo, expressando o que o Estado tentava, a todo custo, silenciar. A luta dos estudantes não foi invalidada, pelo

contrário, chegou ao Congresso Nacional por meio do Projeto de lei 1.277/2020²³, apresentado pela senadora Daniella Ribeiro (PP-PB). O projeto previa a:

Prorrogação automática de prazos para provas, exames e demais atividade para acesso ao ensino superior em caso de reconhecimento de estado de calamidade pelo Congresso Nacional ou de comprometimento do regular funcionamento das instituições de ensino do país” (BRASIL, 2020)

A proposta foi aprovada por unanimidade, com apenas um voto contrário, o do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ). O cenário do país nesse momento de tensão entre Estado e estudantes era, segundo o boletim epidemiológico²⁴ divulgado no dia 17 de dezembro de 2020 pelo Ministério da Saúde, um estado caótico. O Brasil era o terceiro país com o maior número de casos acumulado de Covid-19 (6.880.127) e o segundo em número de óbitos acumulados (297.779). Os dias 14 e 22 de maio de 2020 marcaram os maiores registros diários de óbitos confirmados por Covid-19, com um total de 1.167 e 1.172 óbitos ocorridos respectivamente, como mostra o gráfico a seguir (Brasil, 2020, p. 41).

Imagem 19: Dados da Covid em 2020

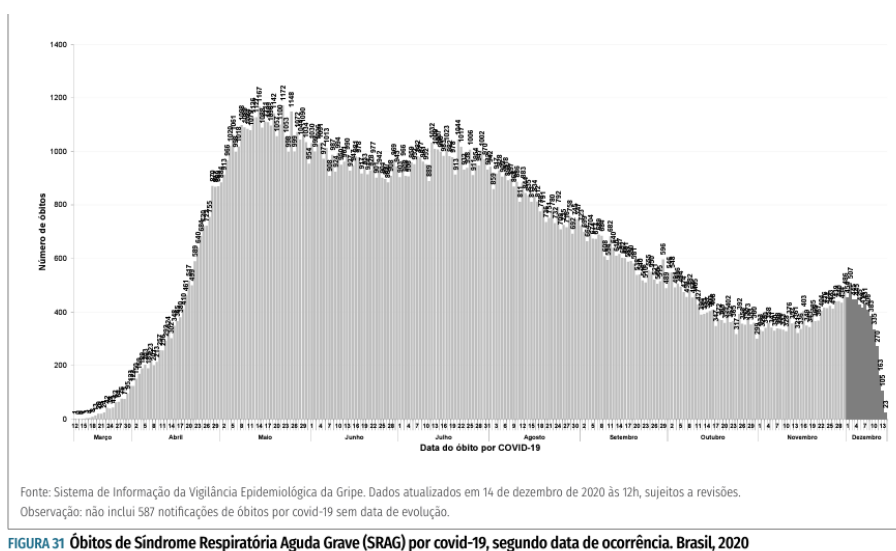


FIGURA 31 Óbitos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por covid-19, segundo data de ocorrência. Brasil, 2020

Fonte: Sistema de informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe.

²³ Projeto de lei 1.277/2020, Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141354> Acesso em: 25 de mar. De 2024

²⁴ Boletim Epidemiológico nº 41 - Boletim COE Coronavírus. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2020/boletim_covid_41_17dez20_final2.pdf/view Acesso em: 24 de mar. de 2024

A conjuntura histórica e social na qual a propaganda foi ao ar contribuiu para intensificar um movimento de polarização. Durante da pandemia, o então presidente da República Jair Messias Bolsonaro adotou um discurso negacionista, questionando frequentemente os estudos científicos e as recomendações feitas pelos órgãos e profissionais de saúde, além de minimizar os efeitos da pandemia. Esse discurso foi materializado em declarações polêmicas, adotadas tanto por ele como por seus apoiadores.

Nossas análises tomam como ponto de partida a propaganda “A vida não pode parar” para entendermos o lugar das diferentes posições discursivas, cujos efeitos de sentidos textualizam uma luta ideológica. Como toda luta, ela envolve lugares opostos e interesses conflitantes, desenrolando-se em um campo de tensões e contradições, descrita por Pêcheux (1990, p. 12) como “um mundo que não acaba de se dividir em dois”, em outras palavras, a contradição se caracteriza como uma luta constante entre diferentes formações ideológicas.

Para Pêcheux (1997, [1975 p. 166) “as relações de classes (a luta de classes) se caracterizam pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas em formações que mantêm relações de antagonismo, aliança ou dominação”, ou seja, o discurso é um campo de luta ideológica, onde os discursos dominantes, ligado a determinadas formações ideológicas, é contestado por formações ideológicas que resistem ou se opõem à formação dominante. O contradiscurso, portanto, pode ser entendido como os discursos que emergem como resistência a um discurso dominante. Ele não é simplesmente uma negação, mas um processo ativo de crítica, que revela as contradições internas da ideologia dominante e expõe suas falhas.

Considerando então que as contradições expõem as falhas, e as falhas permitem o equívoco, Indursky (2001) propõe no gesto de interpretação, que o analista deve preocupe-se em trabalhar a partir da compreensão do vazio, daquilo que não está posto no texto, os não-ditos, o silêncio do discurso-outro, mas sem esquecer daquilo que também foi dito, englobados em um processo de (des) construção do sentido do objeto, pois como afirma Orlandi (2012. p. 85) “entre o dizer e o não dizer desenrola -se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. ”

Dito isso, o texto da propaganda diz:

MS18 - E se uma geração de novos profissionais fosse perdida? Médicos,

enfermeiros, engenheiros, professores. Seria o melhor para o nosso país? A vida não pode parar. É preciso ir à luta, se reinventar, superar. Dias melhores virão. E, por isso, eu quero fazer o Enem este ano. Para entrar em uma universidade. Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet. Com a ajuda à distância dos professores. [...] as provas serão no final do ano. Até lá, estude. Seu futuro já está aí.

Na propaganda de 2020, o enunciador apresenta-se como uma figura de autoridade e adota um tom motivacional, evocado pelo discurso de superação e resiliência. Por meio do uso dos pronomes pessoais como “eu” e “você”, estabelece-se uma relação direta e pessoal com o público, o que é atravessado por duas perguntas iniciais, seguida de uma afirmação. Essa estratégia discursiva busca levar o interlocutor à reflexão, ao mesmo tempo em que pode provocar um sentimento de culpa pela possibilidade de “perder” o futuro do país.

O funcionamento discursivo desse enunciado revela características de um discurso neoliberal, no qual o indivíduo, tomado como autônomo e responsável por suas escolhas, assume o peso por decisões que impactariam não apenas o seu destino, mas também o do país. Ao dizer que “A vida não pode parar” projeta sentidos de urgência, e um chamado à ação, apelando especialmente para aqueles que podem se sentir desanimados ou sem esperança diante da crise.

No entanto, esse discurso desnuda implícitos e contradições. Diante das condições dadas de produção e a paralisação das atividades, o enunciado “A vida não pode parar” sugere não apenas a continuidade da vida pessoal e das aspirações individuais, mas também convive com um sentido de “A economia não poderia parar”. No ano de 2020, o Brasil enfrentava uma crise sanitária global, com alto número de mortes, colapso hospitalar e necessidade de medidas restritivas para conter a disseminação do vírus. Ao mesmo tempo, havia uma forte pressão econômica e política contra o isolamento social, especialmente por parte de setores empresariais e governamentais que defendiam a continuidade das atividades econômicas, uma vez que, a paralisação das atividades representaria quedas no comércio e na economia. Ao defender que o isolamento seria “parar a vida”, opera um efeito de naturalização da ideia de que a continuidade das atividades econômicas seria uma necessidade inquestionável, mascarando as consequências dessa escolha no agravamento da pandemia e no silenciamento frente à insuficiência de políticas públicas de suporte, além da ausência de condições sanitárias adequadas para o retorno.

Em um dos pontos de deriva da propaganda, no espaço entre o dizer e o não dizer,

há espaço para o silêncio do discurso-outro, mas também para o contradiscurso do outro, e como já discutimos, o contradiscurso são os discursos que emergem como resistência a um discurso dominante. Olhares de pontos distintos que materializam nas práticas discursivas o antagonismo de sujeitos inscritos em posições sujeitas distintas.

No dia 5 de maio de 2020, o perfil - galinho Chicken little (@vicpanunzio)²⁵ publicou na rede social X (antigo twitter) a paródia “Você que lute”. A expressão “você que lute” é uma gíria utilizada nas redes sociais e em conversas informais. Ela é usada para transmitir uma atitude de desprezo ou indiferença em relação aos esforços de alguém. Ao dizer “você que lute”, está dizendo que a outra pessoa deve se esforçar para conseguir o que deseja ou enfrentar os desafios sozinha, muitas vezes de forma sarcástica ou irônica.

A paródia diz:

MS19 - *E se várias gerações morressem por conta de um vírus? E daí?! Pais, avós, médicos, professores, advogados. Todos eles iriam para o mesmo lugar. Não seria o melhor para o nosso país? As mortes não vão parar, é preciso ir à luta, se reinventar, dias piores virão! É por isso que eu quero fazer o Enem este ano, para entrar numa universidade, afinal todo mundo tem uma internet como a minha e faz cursinho online. Você que lute, eu quero mais é que se exploda. Estuda aí como você conseguir, tem livro, enciclopédia ou você pode fazer como mito e tirar coisas da própria cabeça e tomar como verdade. Faça já a sua inscrição do Enem, de 11 a 22 de maio, pelo site: enem.inep.gov.br. As provas serão no final do ano, até lá se vira, o seu futuro já está f*****.*

A paródia não existe de forma isolada, ela significa a partir da memória discursiva, que ativa o reconhecimento de um discurso anterior (a propaganda), e provoca um movimento de resignificação. A paródia nesse contexto, assim como define Orlandi (1941, p. 128), se encerra como lugar de identificação ou distanciamento do discurso oficial e por meio dessa identificação/distanciamento se marca ideologicamente.

A expressão ‘você que lute’ na paródia desconstrói a mensagem da propaganda ao apresentar uma visão sarcástica. Ela não apenas (res) significa a frase “A vida não pode parar”, mas também questiona a narrativa de superação individual promovida pela campanha oficial. Em um tom irônico, a paródia critica diretamente a ideia de que nem todos têm as mesmas condições para estudar e se reinventar durante a pandemia. Ou seja, a paródia evidencia as desigualdades, ressaltando que as realidades dos estudantes são marcadas por diferenças estruturais. Assim, a crítica emerge ao expor as falhas da

²⁵ O vídeo foi arquivado no perfil do usuário na rede social X, mas foi resgatado através da rede social Instagram disponível em:

https://www.instagram.com/p/B_1JGNfp7GY/?igsh=Mm8wa3VhNzBvcW9x

narrativa oficial, trazendo à tona a tensão entre o discurso de motivação e as condições materiais dos sujeitos.

Imagem 20: (MS20) Contradiscursos



Fonte: A vida não pode parar/Enem (2020) e Paródia Você que lute (2020)

A reprodução de trechos semelhantes à propaganda oficial, os elementos visuais, o cenário doméstico e o foco na figura do estudante reforçam a conexão entre os dois discursos, no entanto, conforme propõe o objetivo da análise, o olhar da paródia reconfigura o sentido, evidenciando o contraste entre o ideal de superação e as condições reais enfrentadas pelos estudantes. Nesse caso, as diferentes materialidades discursivas (re) significam os sentidos apresentados nas propagandas oficiais, ao considerarmos o contexto sócio-histórico que o país vivia durante a divulgação das duas materialidades discursivas.

Nesse caso, nos equívocos discursivos, situados entre não ditos está a denúncia feita à negligência frente à situação brasileira a respeito do número crescente de vítimas da Covid - 19 e a retomada de discursos anteriores, como o famoso “E daí? ” Dito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro quando foi questionado sobre o crescente número de mortes causadas pela Covid-19. Esse “já- dito” que reverbera na memória discursiva da sociedade brasileira, reforça a percepção de desprezo e insensibilidade frente à gravidade

da pandemia. Ao lado de outras expressões como: “Eu não sou coveiro”²⁶, “gripezinha”²⁷, “País de Maricas”²⁸, o discurso do Ex- presidente tornou-se símbolo de uma postura de desdém e minimização da gravidade da pandemia, que contrastava fortemente com o sofrimento vivenciado por milhões de brasileiros.

Propaganda: E se uma geração de novos profissionais fosse perdida? Médicos, Engenheiros, enfermeiros e professores. Seria o melhor para o nosso país?! A vida não pode parar. (Enem, 2020)

Paródia diz: “E se várias gerações morressem por conta de um vírus? E daí?! Pais, avós, médicos, professores, advogados. Todos eles iriam para o mesmo lugar. ” (Pannunzio, 2020)

O tom de ironia presente na paródia desconstrói a narrativa de normalidade que a propaganda tenta promover, expondo a falta de empatia e o distanciamento da realidade. O contradiscurso da paródia se fundamenta ao subverter o tom e a mensagem da propaganda oficial, expondo a ironia e o cinismo contido na ideia de que todos os estudantes teriam as mesmas condições de realizar o Enem durante a pandemia e desmonta o discurso de normalização da crise sanitária, ao ironizar o incentivo de ‘a vida não pode parar’ e ignorar os efeitos devastadores da Covid-19 sobre as diferentes camadas da população, especialmente as mais vulneráveis.

Propaganda - E é por isso que eu quero fazer o Enem este ano, para entrar numa Universidade. **Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet. Com a ajuda à distância dos professores. [...]**²⁹

Paródia “É por isso que eu quero fazer o Enem este ano, para entrar numa universidade, afinal todo mundo tem uma internet como a minha e faz cursinho online. Você que lute, eu quero mais é que se exploda”.

Na formulação Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros,

²⁶Bolsonaro diz que não é coveiro. Disponível em: <https://youtu.be/IrKpqx74BWY?si=XYNkU585vIPDTEOA> Acesso em: 20 set. 2023.

²⁷ Bolsonaro ironiza covid e chama de “gripezinha”. Disponível em: <https://youtu.be/rexB7DsEAFQ?si=C1p5XN1cubHYL9pB> Acesso em: 20 set. 2023.

²⁸País de Maricas. Disponível em: <https://youtu.be/unjwCA9RdSk?si=aWGBymFRfwsLzhJl> Acesso em: 20 se. 2023.

²⁹ <https://youtu.be/apufjiGIIY0?si=nGrvN6PJqwCslHuy> Acesso em: 20 set. 2023.

internet. Com a ajuda à distância dos professores. [...] diz respeito à forma como o enunciador encara a realidade dos estudantes, ou seja, o sujeito enunciador posiciona-se de acordo com o imaginário que tem de si e do seu interlocutor. A paródia, desloca esse lugar de fala e enquanto o discurso oficial tenta construir um sujeito otimista, ela apresenta um sujeito revoltado e consciente da injustiça social e da desigualdade no acesso à educação, projetando um outro ponto, o do estudante. Ao dizer “Você que lute, eu quero mais é que se exploda”, a paródia revela a desigualdade ignorada pelo discurso oficial, evidenciando que o acesso à educação e à tecnologia não é universal. Pelo contrário, há uma clara distinção de classe, onde alguns têm os meios necessários para continuar seus estudos e outros estão abandonados à própria sorte e como.

Entre as tantas contradições, a propaganda incentiva a estudar de qualquer forma, ainda que a sua família estivesse sido dizimada pela “gripezinha”³⁰, ou que esse mesmo estudante não tivesse feito uma única refeição durante o dia; que eles deveriam estudar pela internet, embora fosse um dos 5,9 milhões (de um total de 39,5 milhões) que não dispusesse de acesso domiciliar à internet³¹ ou que utilizasse o dinheiro da alimentação de sua família para fazer um cursinho particular. Contraditoriamente, o governo propunha que a vida não parasse, enquanto milhões de vidas se perdiam diariamente. Em suma, o governo preocupava-se com a perda de 45 mil médicos no ano, mas se mostrava indiferente às quase mil vidas que se perdiam diariamente.

Assim como a paródia de Vic Pannunzio, a charge abaixo, intitulada “adia Enem”, também é um gesto de interpretação. Na charge, Nando Motta explora a rotina de uma favela em um dia comum, na imagem, a vida das famílias é representada através de pequenas janelas, que dão acesso ao interior das casinhas, pequenos fragmentos que permitem ter uma dimensão mais próxima do que foi a realidade de nosso país. Em uma das janelas, duas crianças discutem ao disputarem um único computador, enquanto um

³⁰ Em 20 de março de 2020 o ex - presidente Jair Messias Bolsonaro chama a Covid - 19 de ‘gripezinha’ <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-covid-19-de-gripezinha-1-24319177> Acesso em 12 de mar. 2024

³¹ De acordo com o documento elaborado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) não entra no escopo deste trabalho discutir a idade ou o ano escolar a partir do qual o ensino remoto seria eficaz na mitigação das perdas na aprendizagem em tempos de pandemia. O intuito aqui é discorrer sobre o potencial alcance do ensino remoto – e de políticas que intentem prover o acesso necessário às atividades não-presenciais. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/por-que-a-meritocracia-nao-cabe-para-falar-da-educacao-brasileira> Acesso em 15 de abril. 2024

Deles está utilizando. Na janela em frente à casa dos meninos, uma garotinha com um celular, reclama da péssima qualidade do sinal de internet. Mas esses não são os maiores problemas, ao fundo podemos ver reclamações que sinalizam para a falta de internet, a falta de aula e até a falta energia elétrica. Em meio a todo esse cenário, segundo o jornal visto por um senhor no apartamento de baixo, o número de casos de covid -19 não parava de crescer.

Imagem 21: (MS21) Charge de Nando Motta - Adia Enem 2020



Fonte: Rede Social X (antigo twitter)

Diferente da propaganda em que os estudantes são exibidos em quartos confortáveis e sozinhos, a realidade de alguns não é bem essa, assim como retratado na charge, na realidade, muitos estudantes tiveram que lidar com a falta de recursos para acompanhar as aulas remotas. Estima-se que o número de estudantes afetados pela pandemia em todo o mundo foi de aproximadamente 1,5 bilhão de estudantes, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO)³². Além de todos os problemas que envolviam o acesso à educação por meio dos recursos digitais e tecnológicos, muitos estudantes tiveram que lutar contra o

³² <https://www.unesco.org/pt/covid-19/education-response> Acesso em: 24 set. 2023.

desemprego, a fome, a miséria, o luto e as condições mínimas de existência, ignorados e subestimados pelo governo, materializadas inclusive, em uma das falas do ex-ministro da educação Abraham Weintraub em entrevista à CNN Brasil no dia 15 de maio de 2020.

Ao ser questionado pelo jornalista Caio Junqueira, sobre a dificuldade de acesso à internet pelos estudantes, o ex-ministro responde:

MS22 - Caio Junqueira - E quem não tem internet, como seria o acesso a esse tema?

Abraham Weintraub - (12:15) “Isso é importante, Caio! Quem não tem internet nenhuma não consegue nem fazer inscrição para o Enem, porque as inscrições do ENEM são feitas há muitos anos pela internet. Então é falacioso dizer que lá no interior do agreste, a pessoa não vai conseguir estudar, ela não consegue nem fazer a inscrição para o Enem. E aprofunda em justiça social, o Enem não é feito para corrigir injustiça social, é para selecionar as melhores pessoas, os mais capacitados para seus futuros médicos, futuros engenheiros, futuros enfermeiros. E se nós ficarmos seis meses ou um ano sem fazer o Enem, a consequência será menos 45 mil médicos no Brasil, menos 60 mil engenheiros, menos 50 mil enfermeiros, essa é a consequência.

O enunciado e a charge se cruzam com a nossa história enquanto país colonizado, atravessado por uma divisão que tem a raça e a classe em seu cerne. O Estado, na voz do ministro, ratifica uma trajetória histórica de desigualdades mascaradas e ignoradas, que se faz presente o tempo todo, ao passo em que o discurso do merecimento justifica as desigualdades sociais e as transforma desigualdades naturais. Ele ignora que, para muitas famílias, como aquelas representadas na charge, a prioridade durante a pandemia era sobreviver. A fala de Weintraub, ao insistir na neutralidade do ENEM, desconsidera que, sem as condições básicas de acesso (internet, computadores, energia elétrica), muitos estudantes são excluídos do processo antes mesmo de terem a chance de competir.

A segunda e última charge de Nando Motta novamente se coloca no contradiscurso à propaganda do MEC, dessa vez, englobando as questões raciais. Em uma construção harmônica, o autor da charge consegue reunir elementos simples, mas que pesam na imagem.

Imagem 22: (MS23) Charge de Nando Motta - Brasis



Fonte: Rede Social X (antigo twitter)

Na charge, dois meninos negros estão de frente a dois *outdoors*. Entre eles, ocorre o seguinte diálogo: - MS42 “Cê sabe que Brasil é esse? O segundo garoto responde: *Sei lá, o nosso que não é.* A charge faz referência a despersonalização da sociedade brasileira pela propaganda 2020, um país em que a maioria de sua população é composta por pessoas pretas e pardas, mas que na visão do Estado são representadas na propaganda do Enem majoritariamente por pessoas brancas. A crítica da charge vai de encontro aos dados oficiais do próprio Enem 2020 e coloca a propaganda em uma posição de contradição entre aquilo que é exibido e seus dados oficiais. No ano de 2020, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - Inep, aproximadamente 60% dos inscritos eram considerados pretos e pardos, enquanto 34% eram considerados brancos. Se voltarmos na história e confrontar com os dados de 2004, quando foi implementado o Programa Universidade Para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais em instituições privadas de ensino superior, o número de estudantes nessa época era de 52,7% para alunos brancos e 41,5% eram pretos e pardos. O aumento nos números de estudantes pretos e pardos nas universidades pode ser considerado como uma conquista das lutas contra a exclusão e discriminação racial no Brasil, que passaram a ocupar um lugar importante nas políticas públicas a partir do início dos anos 2000.

Além das questões raciais, o autor da charge também faz uma outra crítica. No segundo *outdoor*, visto pelos garotos, temos uma representação caricata do primeiro rapaz da propaganda oficial e ao lado dele 'ENEM' escrito em vermelho. Nas condições de produção da charge, uma das grandes preocupações dos estudantes e movimentos estudantis era com as medidas sanitárias e o alto risco de uma contaminação em massa nas salas de aula durante a realização da prova.

O Enem, enquanto evento de grande porte, reúne milhões de pessoas por todo país, um espaço de risco para uma grande contaminação e consequentemente o aumento no número de vítimas. O efeito de sentido nesse caso, se inscreve na disposição do nome 'ENEM 2020' na cor vermelha como um elemento carregado de sentidos. Nesse contexto de pandemia, o vermelho simboliza sangue, perigo e morte, aludindo ao risco de contaminação em massa que a realização do exame em meio à crise sanitária poderia causar, nesse caso, o Enem representaria uma chacina anunciada, uma vez que, sem controle sanitário e muita aglomeração resultaria na quebra de normas de segurança e exposição ao vírus em níveis catastróficos.

Como podemos observar, as diferentes materialidades discursivas, como a propaganda, a paródia, a charges e a entrevista, se tornaram arenas ideológicas, espaço onde os sentidos constantemente (re) significados. Ditos que não foram ditos, mas que de alguma forma se fizeram ditos nas possibilidades, no deslizar dos sentidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Pêcheux (2011), a propaganda é feita por imagens, palavras, sentimentos, ideias e gestos. Trata-se de uma ferramenta que projeta sentidos e interpela sujeitos. A partir de 2010, o Enem passou a ocupar um espaço significativo no imaginário social como um marco na trajetória educacional dos jovens, sendo visto como uma etapa essencial para acessar novas oportunidades.

Pensar, então, o movimento propagandístico em torno do exame é antes de tudo assinalar o que ele é, grandioso e popular. Contudo, esse movimento também suscita questionamentos sobre os sentidos que projetam e como esses sentidos interpelam os sujeitos e atravessam o campo educacional brasileiro.

Esta dissertação partiu da necessidade de compreender quais discursos se projetam nas propagandas oficiais e de que forma esses discursos se articulam com outras materialidades discursivas na construção e (re) significação de sentidos. Com o objetivo de compreender quais discursos estão em funcionamento nas propagandas oficiais e como esses discursos se articulam com outras materialidades discursivas, analisando os efeitos de sentidos produzidos e (re) significados. Para alcançar esse objetivo, nos ancoramos em um dispositivo teórico-analítico que fosse capaz de abranger a heterogeneidade das propagandas como também abarcar uma infinidade de outras materialidades como as charges, paródias e entrevistas.

Ao longo desta pesquisa buscou-se compreender como os discursos estão em funcionamento nas propagandas oficiais e identificar regularidades discursivas presentes nas materialidades. Por meio das análises foi possível observar algumas regularidades, como o uso constante dos termos e formulações visuais portas e caminhos, tanto nas materialidades verbais como não verbais. Também buscou-se explorar a construção linguística e imagética das propagandas e analisar como essas materialidades (res) significam os discursos apresentados. Ao analisar as nossas materialidades foi possível ver como todos os elementos que constituem as propagandas contribuem para a significação e como esse processo interpela os sujeitos, seja por uma relação de aproximação ou distanciamento, através dos mecanismos de (re) significação dos discursos.

Durante os nossos gestos de análises foi possível observar como o efeito metafórico é utilizado como um recurso discursivo que desloca os sentidos. Elementos como portas e caminhos, marcado como uma regularidade nas propagandas, tanto no

plano imagético como linguístico, funcionam através de metáforas que deslocam um sentido físico para sentidos de oportunidades, escolhas e futuro. Esse deslocamento de significados, promovido pelas metáforas, permite que as propagandas apresentem o Enem não apenas como uma prova avaliativa, mas como um marco na construção de sonhos e realizações. Além disso, o uso desse recurso discursivo também contribui para projetar o governo como agente central na democratização do acesso ao ensino superior, reforçando a narrativa de inclusão e ampliação das oportunidades educacionais.

As análises também trazem, como regularidades, o discurso da superação individual e a mobilidade social como conquista individual, ao adotar um discurso baseado na competição, autossuperação e igualdade de todos. Entretanto, essa igualdade revela contradições, pois, ao mesmo tempo em que todos os estudantes são tratados como iguais, minimizam ou silenciam as barreiras estruturais que dificultam a democratização efetiva do ensino superior. Esses efeitos de minimização contribuem para a manutenção das desigualdades sociais e o fortalecimento de um discurso que valoriza a individualidade e a produtividade.

Ao longo do trabalho, ficou evidente como os sentidos também são atravessados pelas memórias, a memória de um imaginário social em que a educação é representada como o principal meio de mobilidade social. Essas memórias também fazem ecoar a exclusão histórica de pessoas negras e de classes populares no sistema educacional, como o caso do jovem que retorna como estagiário ao prédio onde sua mãe trabalhava como faxineira. A propaganda celebra a superação individual sem questionar as estruturas que mantêm a maioria das pessoas negras em posições subalternas. Esse uso da memória discursiva reforça um apagamento das relações de poder e das desigualdades históricas, apresentando a conquista individual como um fenômeno isolado e excepcional.

Além dos discursos, há também os contradiscursos, que evidenciam o que é ser jovem estudante na concepção do Estado e os desafios que precisam ser enfrentados. Entretanto, no espaço entre o dizer e o não dizer, há espaço para os discursos que emergem como resistência a um discurso dominante. Olhares de pontos distintos que materializam nas práticas discursivas o antagonismo de sujeitos inscritos em posições distintas. Esse olhar contrário desnudo implícitos e contradições, pois tensionaram, questionam e (res) significaram os sentidos apresentados, evidenciando as falhas e os silenciamentos presentes nos discursos oficiais. A paródia “Você que Lute” e as charges de Nando Motta evidenciam tensões entre o discurso oficial do governo e a realidade enfrentada pelos estudantes brasileiros. Enquanto a propaganda do Enem busca transmitir otimismo e

incentivo, muitas vezes destacando histórias de superação, a paródia expõe desigualdades e os desafios ignorados ou minimizados pelo discurso oficial.

A educação historicamente foi associada como um dos pilares para a construção de sociedades mais igualitárias. A partir das análises pudemos observar que embora os discursos, as práticas e a políticas frequentemente evidenciam contradições que ainda reforçam desigualdades, a implementação das políticas de acesso, como o sistema de cotas, o Sisu e outros representam um marco na história da educação brasileira. É impossível ignorar os resultados positivos do Enem, mas devemos reconhecer que, sozinho, ele mantém as lógicas dos velhos vestibulares. Este trabalho se propôs a analisar os discursos em torno do Enem e o acesso à educação superior no Brasil na última década, com ênfase nas propagandas oficiais e em outras materialidades discursivas, como charges, paródias e entrevistas.

Ao investigar como discursos são construídos, reforçados ou contestados nessas materialidades, buscamos compreender os efeitos de sentido produzidos e os atravessamentos ideológicos que configuram a educação como um espaço de tensões. Com bases em nossas análises, pudemos observar o funcionamento dos discursos neoliberais, meritocráticos, jurídicos e os discurso de igualdade e inclusão.

A relevância do trabalho reside, portanto, em sua capacidade de contribuir para o debate sobre o acesso ao ensino superior e as políticas públicas educacionais. As propagandas do Enem articuladas aos conceitos da Análise de Discurso de vertente materialista possibilitam uma série de reflexões sobre a imagem, memória e ideologia. Devido às limitações temporais da pesquisa, não foi possível analisar as propagandas de 2011, 2016, 2018 e 2019, no entanto, esses materiais oferecem subsídios para explorações futuras, ampliando a compreensão dos discursos em torno do acesso à educação no Brasil em diferentes contextos e materialidades. Assim, ao encerrar este percurso, reafirmamos que esta pesquisa não buscou uma verdade, mas sim desestabilizar sentidos dominantes, ampliando a compreensão sobre os discursos que atravessam a educação e os sujeitos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES** – 2018. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BARBOSA, Lívia. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. 4ª. 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação** / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Organizadores). 16. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. **A vida não pode parar**. Disponível em: <https://youtu.be/apufjiGIIY0>

BRASIL. **Censo da Educação Superior em 2022**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censosuperior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada – SiSU**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 18, pág. 80, 27 jan. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=27/01/2010>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico**. Brasília, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexíssimo e desigualdade no Brasil** / Sueli Carneiro — São Paulo: Selo Negro, 2011. — (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito)

COURTINE, J. J. (1999). **O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político**. In: INDURKY, Freda. (Org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato.

FONAPRACE. **IV Pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília: Fonaprace, 291 p. 2014. Disponível em <<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. 2024.

GONZALEZ, Márcio Carbaca. **Publicidade e propaganda**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. 96 p. ISBN 978-85-387-3105-4.

GUILBERT, Thierry. **A evidência do Discurso neoliberal na mídia** / Thierry Guilbert. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Loyola, p. 172-178, 2008.

INDURSKY, Freda. **Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, p. 27-42, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico-metodológica**. Brasília: O Instituto, 2005. 121 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso em: 11 out. 2023.

LAGAZZI, Suzy Maria. **A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes** [Resumo]. In: XXIII Encontro Nacional da ANPOLL, Universidade Federal de Goiás (GO), 2008.

LAGAZZI, Suzy. **Linha de passe: a materialidade significativa em análise**. RUA, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 173–182, 2015. DOI: 10.20396/rua.v16i2.8638825. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638825>. Acesso em: 3 set. 2024.

LAGAZZI, Suzy Maria. **O recorte significativo na memória**. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras. INDURSKY, F., FERREIRA, M.C., L. & MITTMANN, S. (org.). São Carlos, Clara Luz, 2009.

LAGAZZI, Suzy Maria. **Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco**. In: FLORES, Giovanna Benedetto et al. (org.). Análise de discurso em rede: cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. v. 177-188.

LAGAZZI, Suzy Maria. **A imagem em sua potência de captura simbólica**. Fórum linguístico. Florianópolis, SC: PPGL Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

LAGAZZI, Suzy Maria. **O juridismo marcando as palavras: uma análise do discurso cotidiano**. 1987. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/28567>. Acesso em: 02 nov. 2024.

MARIANI, Betânia. **Silêncio e metáfora: algo para se pensar**. Trabalho apresentado no II Congresso da Metáfora na Linguagem e no Pensamento, Instituto de Letras, UFF, setembro de 2004.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. O Brasil chega à universidade. 2015. Disponível em:

<https://memorialdademocracia.com.br/card/o-brasil-chega-a-universidade/4>. Acesso em: 29 set. 2024.

MENDES, C.M.; SOUZA, J.; SILVA, S. M. R. **A noção de acontecimento à luz da Análise do Discurso, da Semântica do Acontecimento e da Semiótica Tensiva.** Linguagem em (Dis) curso – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 179-195, jan. /abr. 2020.

OLIVEIRA, Michelle Silva de. **(ENTRE) LINHAS DO DISCURSO: As (Des) igualdades no Exame Nacional do Ensino Médio e a lógica Meritocrática.** 2022.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins et al. Promessas e limites: **O Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais.** Educação em Revista, v. 33, p. e161036, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vBZSprC4YgKLgGpwXjJYC8v/#> Acesso em: 05 abril. 2024.

NOGUEIRA, Luciana. **Discurso, sujeito e relações de trabalho: a posição discursiva da Petrobras.** 2015. 314 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/953325> Acesso em: 25 jun. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Segmentar ou recortar?** Apresentação no V ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 1981, Rio de Janeiro.

PANNUNZIO, Victória. **Publicação em rede social.** Repostada por [@historiacomfredinho]. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_5PHssA8ZL/?igsh=bXFvaWRydW9vZ3U1 Acesso em: 14 mai. 2024. Publicação original em: <https://x.com/vicpannunzio/status/1257797384031162368>, que foi apagada.

PAUL, SINGER. **Poder, Política e Educação.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Anped, n. 1, 1996.

PÊCHEUX, M. **Metáfora e interdiscurso.** Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In : ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux.** 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2011. p.151161. Original de 1984.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória.** In : ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória.** Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69).** In: GADET, Françoise; HAK, Tony (organizador). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Tradução de Bethânia S. Mariani [et al.]. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 96-161.

PÊCHEUX, Michel. **Foi “propaganda” mesmo que você disse?** In: **Análise de discurso.**

Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. Pontes, 2011, p.73-92

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Tradução José Horta Nunes. Cad. Est. Ling., n. 19, Campinas, jul. /Dez, 1990 [1982], p. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. **Ler o arquivo hoje**. 1ª ed. 1982. In: ORLANDI, Eni (ed.) Gestos de Leitura: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, pgs.55-67.

ROCHA, Paula Del Ponte; FERREIRA, Maira. **A publicidade oficial do Enem representada nas mídias: um olhar para o exame como dispositivo educacional**. Proposições, Campinas, SP, v. 32, p. e20190114, 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Relações raciais e rendimento escolar**. Cadernos de Pesquisa, v. 63, p. 19-23, 1987. ISSN 0100-1574. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9517215> . Acesso em: 20 dez. 2024.

SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; ARAÚJO, Juliana Tereza de Souza Lima; ARAÚJO, Micilane Pereira de. **Ideologia de mercado e educação: uma análise discursiva sobre “projeto de vida” no novo ensino médio**. In: Discursos em análise do/no presente / Andréa Rodrigues, Bruno Deusdará, Juciele Pereira Dias (organizadores) – Curitiba: CRV, 2023. 244 p. (Coleção PPLIN Presente, v. 5)

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

VINHAS, Luciana. **O Corpo na Análise De Discurso: Materialidade, Lugar De Enunciação, Subjetividade**. Revista Língua & Literatura, v. 23, n. 42, p. 143-163, jan. /jun. 2021.

WALZER, Michael. **Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. Martins Fontes, 2003.

ZOPPI - FONTANA, Mônica Graciela. **Lugares de enunciação e Discurso**. Revista Leitura, n. 23,15-24, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/96786065/Lugares_de_enuncia%C3%A7%C3%A3o_e_discurso . Acesso em: 10 jun. 2024.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. **Arquivo jurídico e exterioridade: A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação**. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, MR (Org.). Memória e sentido. Santa Maria: UFSM/PONTES, 2005. p. 93-116.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. **A cidade se mexe. Da bicicleta ao cycle chic.** Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 53, n. 2, p. 179–196, 2011. DOI: 10.20396/cel.v53i2.8636987. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636987> Acesso em: 26 jul. 2024.